



Relatório do Desenvolvimento Humano 2006

A água para lá da escassez:
poder, pobreza e a crise mundial da água

AGRADECIMENTO:

A tradução e a publicação da edição portuguesa
do *Relatório do Desenvolvimento Humano 2006*
só foram possíveis graças ao apoio do
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD).



Publicado para
o Programa das
Nações Unidas
para o Desenvolvimento
(PNUD)

Copyright © 2006

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

1 UN Plaza, New York, New York, 10017, USA

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, armazenada num sistema informático ou transmitida, sob qualquer forma ou por qualquer meio, electrónico, mecânico, fotocópia, gravação ou outro, sem autorização prévia.

Capa e apresentação gráfica: Grundy & Northedge Information Designers, Londres

Mapas e gráficos: Philippe Rekacewicz, Narestø, Noruega

Edição técnica, composição e gestão de produção: Communications Development Incorporated, Washington, D.C.

Tradução e composição: euroscript Luxembourg S.à r.l.

Para consultar uma lista de quaisquer erros ou omissões descobertos após a impressão, visite o nosso site em <http://hdr.undp.org>

Equipa para a preparação do Relatório do Desenvolvimento Humano 2006

Director e redactor principal

Kevin Watkins

Pesquisa, redacção e estatística

Liliana Carvajal, Daniel Coppard, Ricardo Fuentes, Arunabha Ghosh, Chiara Giamberardini, Claes Johansson (Chefe de Estatística em exercício), Papa Seck, Cecilia Ugaz (Conselheira Política Principal) e Shahin Yaqub.

Conselheiro estatístico: Tom Griffin

Responsável pela produção e pela coordenação da tradução: Carlotta Aiello e Marta Jaksona

Revisores: Bruce Ross-Larson, Meta de Conquereumont e Christopher Trott

Capa e apresentação gráfica: Peter Grundy e Tilly Northedge

Mapas e gráficos: Philippe Rekacewicz

O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano (GRDH)

O *Relatório do Desenvolvimento Humano* é o resultado de um esforço colectivo. Os membros da equipa Relatório do Desenvolvimento Humano Nacional (NHDR) forneceram comentários detalhados e conselhos ao longo do processo de investigação. Também associaram o Relatório a uma rede global de RDH nos países em desenvolvimento. A equipa do NHDR, liderada por Sarah Burd-Sharps (Directora-Adjunta), é constituída por Amie Gaye, Sharmila Kurukulasuriya, Hanna Schmitt e Timothy Scott. A equipa administrativa do GRDH faz funcionar o gabinete e inclui Oscar Bernal, Mamaye Gebretsadik, Melissa Hernandez, Fe Juarez e Mary Ann Mwangi. As operações são geridas por Sarantuya Mend. Marisol Sanjines é responsável pelo programa de divulgação e promoção do GRDH.

Prefácio

O desenvolvimento humano tem a ver, em primeiro lugar e acima de tudo, com deixar as pessoas viverem a vida que valorizam e permitir-lhes realizar todo o seu potencial como seres humanos. O quadro normativo para o desenvolvimento humano reflecte-se hoje na visão ampla definida nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, o conjunto de objectivos com limites temporais acordados internacionalmente e que visam reduzir a pobreza extrema, alargar a igualdade de géneros e promover oportunidades de saúde e educação. O progresso em direcção a estes objectivos fornece um ponto de referência para avaliar a determinação da comunidade internacional em traduzir os compromissos em acção. Mais do que isso, é a condição para construir uma prosperidade partilhada e uma segurança colectiva no nosso mundo cada vez mais interdependente.

O *Relatório do Desenvolvimento Humano* deste ano aborda uma questão que influencia profundamente o progresso e o potencial humano em direcção aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Ao longo da História, o progresso humano tem dependido do acesso à água potável e da capacidade das sociedades controlarem o potencial da água enquanto recurso produtivo. A água para a vida no agregado familiar e a água para sustento através da produção são duas das bases para o desenvolvimento humano. No entanto, para uma grande parte da humanidade, essas bases não existem.

A palavra *crise* é, por vezes, usada em excesso quando se fala de desenvolvimento. Mas quando se trata de água, existe o reconhecimento crescente de que o mundo enfrenta uma crise que, se não for controlada, vai pôr em perigo o progresso em direcção aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e atrasar o desenvolvimento humano. Para algumas pessoas, a crise global da água prende-se com faltas absolutas de fornecimento físico. O presente Relatório rejeita esta visão. Defende que as raízes da crise em termos da água se prendem com a pobreza, com a desigualdade e com relações desiguais de poder, bem como com políticas de gestão da água deficientes que aumentam a escassez.

O acesso a água para sempre é uma necessidade humana elementar e um direito humano fundamental. No entanto, num mundo cada vez mais próspero como o nosso, há mais de mil milhões de

pessoas a quem se nega o direito a água potável e 2,6 mil milhões de pessoas sem acesso a saneamento adequado. Estes valores apenas captam uma dimensão do problema. Todos os anos, cerca de 1,8 milhões de crianças morrem em resultado directo de diarreia e de outras doenças provocadas por água suja e por más condições de saneamento. No início do século XXI, a água suja é a segunda maior causadora de mortes de crianças em todo o mundo. Todos os dias, milhares de mulheres e raparigas recolhem água para as suas famílias — um ritual que reforça as desigualdades de género em termos de emprego e de educação. Entretanto, as más condições de saúde, associadas a faltas de água e de saneamento põem em perigo a produtividade e o crescimento económico, reforçando as profundas situações de desigualdade que caracterizam os actuais padrões de globalização e apanhando os agregados familiares vulneráveis em ciclos de pobreza.

Como este Relatório mostra, as fontes do problema variam de país para país, mas aparecem diversos problemas. Em primeiro lugar, há poucos países a tratar a água e o saneamento como uma prioridade política, como o testemunha as limitadas distribuições orçamentais. Em segundo lugar, algumas das pessoas mais pobres do mundo pagam alguns dos preços mais altos do mundo pela água, reflectindo a cobertura limitada dos prestadores de serviços de água nos bairros degradados e nos povoados informais em que vivem as pessoas carenciadas. Em

terceiro lugar, a comunidade internacional fracassou em dar maior prioridade à água e ao saneamento nas parcerias para o desenvolvimento que se estabeleceram em torno dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Subjacente a cada um destes problemas está o facto de as pessoas que mais sofrem com a crise da água e do saneamento — pessoas carenciadas em geral e mulheres carenciadas em particular — muitas vezes não terem a voz política necessária para fazer valer os seus direitos à água.

Estas e outras questões são cuidadosamente analisadas no Relatório. Os desafios que coloca são assustadores. Mas os autores não aconselham a desesperar. Como as provas tornam claro, esta é uma batalha que podemos vencer. Muitos países fizeram progressos extraordinários no fornecimento de água potável e saneamento aos seus cidadãos. Por todo o mundo em desenvolvimento, as pessoas que vivem em bairros degradados e em aldeias rurais lideram através do exemplo, mobilizando recursos e evidenciando energia e inovação na forma como lidam com os seus problemas. No início do século XXI, temos os meios financeiros e tecnológicos e a capacidade de fazer a crise da água e do saneamento passar à história, com tanta certeza como os países ricos de hoje fizeram há um século. O que tem faltado é o desejo concertado de alargar o acesso à água e ao saneamento a todos, através de planos nacionais bem elaborados e devidamente financiados, suportados por um plano de acção global para galvanizar a vontade política e para mobilizar recursos.

A água para sustento coloca um conjunto diferente de desafios. O mundo não está a ficar sem água, mas muitos milhões das pessoas mais vulneráveis vivem em regiões sujeitas a uma crescente pressão sobre os recursos hídricos. Cerca de 1,4 mil milhões de pessoas vivem em bacias fluviais em que a utilização da água ultrapassa as taxas de recarga. Os sintomas de utilização excessiva são perturbadoramente claros: os rios estão a secar, os lençóis freáticos estão a diminuir e os ecossistemas que têm por base a água estão a ficar rapidamente degradados. Basicamente, o mundo está a perder um dos seus recursos naturais mais preciosos e a aumentar de forma insustentável uma dívida ecológica que as gerações futuras herdarão.

Também há muito mais a fazer perante as ameaças ao desenvolvimento humano colocadas pelas mudanças climáticas. Como o Relatório realça, esta não é uma ameaça futura. O aquecimento global já está a acontecer — e, em muitos países, tem o po-

tencial para repelir os ganhos em termos de desenvolvimento humano que se alcançaram ao longo de gerações. Os fornecimentos reduzidos de água em zonas já afectadas por uma pressão crónica sobre os recursos hídricos, por padrões climáticos mais extremos e pela fusão dos glaciares, fazem parte do desafio sombrio. A acção multilateral para atenuar as mudanças climáticas através da redução das emissões de carbono é uma das formas de resposta da política pública necessária para fazer face a esse desafio. Outra forma é dar maior atenção ao apoio a estratégias de adaptação.

Já se torna claro que as próximas décadas serão marcadas por uma luta mais intensa pela água. O crescimento populacional, a urbanização, o desenvolvimento industrial e as necessidades da agricultura estão a fazer aumentar a procura por um recurso finito. Entretanto, existe cada vez mais o reconhecimento de que as necessidades do ambiente também devem ser decompostas em termos de padrões de utilização futura da água. Dois perigos óbvios emergem. Em primeiro lugar, à medida que a luta nacional pela água se intensifica, as pessoas com os direitos mais fracos — entre eles, os pequenos agricultores e as mulheres — verão os seus direitos à água destruídos por eleitorados mais poderosos. Em segundo lugar, a água é o derradeiro recurso fugaz, atravessando fronteiras através de rios, lagos e aquíferos — um facto que aponta para o potencial das tensões transfronteiriças nas regiões com pressão sobre os recursos hídricos. Os dois perigos podem ser tratados e evitados através de políticas públicas e da cooperação internacional — mas os sinais de perigo estão claramente visíveis nas duas frentes.

Este Relatório, o produto de investigação e análise envolvendo peritos internacionais e pessoal de todo o sistema das Nações Unidas, visa estimular o debate e o diálogo em torno de um conjunto de questões com um impacto profundo no progresso, no sentido de alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e o desenvolvimento humano.



Kemal Derviş
Administrador
Programa das Nações Unidas
para o Desenvolvimento

A análise e as recomendações políticas deste Relatório não reflectem, necessariamente, as opiniões do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, do seu Conselho Executivo ou dos seus Estados membros. O Relatório é uma publicação independente comissionada pelo PNUD. É o fruto de um esforço de colaboração de uma equipa de consultores e conselheiros eminentes e da equipa do *Relatório do Desenvolvimento Humano*. Kevin Watkins, Director do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, conduziu este trabalho.

Agradecimentos

Não teria sido possível preparar este Relatório sem os generosos contributos de muitos indivíduos e organizações. Os autores gostariam de reconhecer especialmente a sua dívida para com Amartya Sen, cujo trabalho deu forma à evolução do *Relatório do Desenvolvimento Humano* ao longo dos anos. Kemal Dervis, o Administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), deu-nos constantemente apoio e encorajamento. Agradecemos profundamente o seu empenho pessoal. Os erros de acção e de omissão são da responsabilidade exclusiva dos autores.

Contributos

Prepararam-se estudos de fundo, artigos e notas sobre uma grande variedade de questões temáticas relacionadas com o Relatório. Os contributos foram de: Martin Adams, José Albiac, Rajindra Ariyabandu, Jacob Assa, Karen Bakker, Bernard Barraqué, James Bartram, Jeremy Berkoff, Anders Berntell, Helen Bryer, Stephanie Buechler, Ximing Cai, Belinda Calaguas, Lorenzo Cotula, Elizabeth Daley, Andre DeGeorges, Malin Falkenmark, Matthew Gandy, Leonardo Gasparini, Toni German, Micheal Grimm, Alejandro Guevara-Sanginés, Laurence Haller, Ken Harttgen, Léo Heller, Juan Emilio Hernández Mazariegos, Caroline Hunt, Guy Hutton, Anders Jägerskog, Marion W. Jenkins, Stephan Klasen, Michelle Kooy, Jakub Landovsky, Jan Lundqvist, Boris Marañón, Richard R. Marcus, Ernst-Jan Martijn, Gordon McGranahan, Lyla Mehta, Ruth Meinzen-Dick, Mark Misselhorn, Erik Mostert, Synne Movik, Sobona Mtisi, Arnold Michael Muller, Sunita Narain, Alan Nicol, Tobias Pfütze, David Phillips, Brian Kevin Reilly, Claudia Ringler, Vicente Sánchez Munguía, Juan J. Sánchez-Meza, David Satterthwaite, Christopher Scott, Dajun Shen, Nur Endah Shofiani, Steven Sugden, Erik Swyngedouw, Oumar Sylla, Sahnaz Tigrek, Leopoldo Tornarolli, Cecilia Tortajada, Håkan Tropp, Erika Weinthal, Dale Whittington e Aaron T. Wolf.

Diversas organizações partilharam generosamente os seus dados e outros materiais de investigação: Centro de Análise e Informação sobre o Dióxido de Carbono, Secretariado da Comunidade das

Caraiças, Centro de Comparações Internacionais da Universidade da Pensilvânia, Iniciativas de Desenvolvimento, Comissão Económica e Social para a Ásia e o Pacífico, Comissão Económica e Social para a América Latina e as Caraíbas, Comissão Europeia, Organização para a Alimentação e a Agricultura, Instituto de Estudos sobre Desenvolvimento, Centro de Monitorização das Deslocações Internas, Instituto Internacional de Investigação sobre Políticas Alimentares, Instituto Internacional do Ambiente e Desenvolvimento, Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, Organização Internacional do Trabalho, Fundo Monetário Internacional, Organização Internacional para as Migrações, União Internacional das Telecomunicações, União Interparlamentar, Programa Conjunto das Nações Unidas sobre VIH/SIDA, Estudos de Rendimento do Luxemburgo, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico, Consultoria de Acção Prática, Instituto Internacional de Investigação para a Paz de Estocolmo, Instituto Internacional da Água de Estocolmo, Fundo das Nações Unidas para a Infância, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, Divisão de Estatística e Divisão da População do Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas, Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, Secção dos Tratados do Gabinete das Nações Unidas para a Droga e a Criminalidade, Gabinete de Assuntos Jurídicos das Nações Unidas,

WaterAid, Banco Mundial, Organização Mundial de Saúde, Organização Mundial da Propriedade Intelectual e Organização Mundial do Comércio.

Painel Consultivo

Este Relatório beneficiou bastante de conselhos e orientações intelectuais de um painel consultivo externo de peritos. O painel incluía Karen Assaf, Michel Camdessus, Margaret Catley-Carlson, Leonid Dmitriev, Jan Eliasson, David Grey, Wang Hao, Sylvie Jaglin, Sir Richard Jolly, Inge Kaul, Roberto Lenton, Bindeshwar Pathak, Gérard Payen, Riccardo Petrella, Claudia W. Sadoff, Miguel Solanes, Olinda Sousa, Sandra Suarez Perez, Anna Kajumulo Tibaijuka, Klaus Toepfer, SAR o Príncipe Willem-Alexander dos Países Baixos, Ngairé Woods e Gordon Young. Um painel consultivo na área da estatística deu um contributo essencial. Os membros deste painel foram Carla Abou-Zahr, Tony Atkinson, Hubert Escaith, Haishan Fu, Gareth Jones, Ian D. Macredie, Anna N. Majelantle, John Male-Mukasa, Marion McEwin, Saeed Ordoubadi, Francesca Perucci, Tim Smeeding, Eric Swanson, Pervez Tahir e Michael Ward. A equipa gostaria de agradecer a Karen Frenken, Angela Me e David Pearce, os revisores pares na área da estatística, que examinaram atentamente os dados do Relatório e colaboraram com a sua perícia estatística.

Consultas

Muitos dos indivíduos consultados durante a elaboração do Relatório deram-nos conselhos, informações e material inestimável. A equipa que elaborou o Relatório gostaria de agradecer a Nigel Adderley, Wondu Alemayehu, Serge Allegrezza, Juan Carlos Alurralde, Paul Appasamy, Glauco Arbix, Togzhan Assan, Kaisha Atakhanova, Dan Banik, Michelle Barron, Aparna Basnyat, Ivar A. Baste, Charles Batchelor, Sylvia Beales, Rosangela Berman Bieler, Åsa Blomström, Rutgerd Boelens, Anne Bousquet, Benedito Braga, Marcia M. Brewster, Tony Burton, Eva Busza, Fernando Calderon, Ken Caplan, Markela Castro, Tarek Abou Chabake, Lekha Chakraborty, Mary Chamie, Jacques Charmes, Declan Conway, Esteve Corbera, Priti Darooka, Raj Kumar Daw, Partha Deb, Manuel Dengo, Catalina Devandas Aguilar, Philip Dobie, Moez Doraid, Kassym Duskayev, Arne Eide, Melissa Eisdell, Pauline Eizema, Elin Enge, Janique Etienne, Merle Douglas Faminow, Jean-Marc Faurès, Kimberly Fisher, Richard Franceys, Sakiko Fukuda-Parr, Ludmila Funso, Oscar Garcia, Maria Genina, Uladzimir Gerus, Peter Ghys, Donna L. Goodman, Maurizio Guadagni, Irene Guimarães Altafin, SAR o Príncipe Herdeiro Haakon, Brian Hammond, Bente

Herstad, Hans Olav Ibrekk, Artemy Izmistiev, Kareen Jabre, S. Janakarajan, David Jones, Hazel Jones, Andrei Jouravlev, Tim Kasten, Ashfaq Khalafan, Nariman Kipshakbayev, Aloysius Kiribaki, Karoly Kovacs, Radhika Lal, Jean Langers, Christopher Langton, Bruce Lankford, James Lenahan, Michael Lipton, Edilberto Loaiza, Mitchell Loeb, Jan Lundqvist, Nora Lustig, Rolf Luyendijk, Maureen Lynch, Howard Mann, Sebastien Martin, Wariara Mbugua, Charlotte McClain-Nhlapo, Patrick McCully, Angela Me, David Molden, Daniel Mont, Federico Montero, Trevor Mulaudzi, Carlos Muñoz, Teresa Munzi, Naison Mutizwa-Mangiza, Ngila Mwase, Rohini Nayyar, Gunhild Oerstavik, Siddiq Osmani, P. Sainath, Richard Palmer-Jones, Eric Patrick, David Pearce, Agueda Perez, Chris Perry, Henrik Pilgaard, Will Prince, Shabby Puri, Eva Quintana Mourelle, Xavi Ramos, Kalyan Ray, Chris Reij, Nils Rosemann, Shea Rutstein, Steven Sabey, Bharati Sadasivam, Zhanara Sagimbaeva, Julio Sanjines, Lisa Schipper, Janet Seeley, Sharda Sekaran, Yuriko Shoji, Yuriy Shokamanov, Vladimir Smakhtin, David Smith, Petter Stålenheim, Ashok Subramanian, Morten Svelle, Michel Thieren, Håkan Tropp, Tuong To Phuc, Vanessa Tobin, Kerry Turner, Sriti Vadera, Imraan Valodia, Imraan Valodia, Henk van Norden, Veronique Verdeil, Saïd Ould A. Voffal, Charles Vorosmarty, Bill Walker, Tessa Wardlaw, Dominic Waughray, Siemon Wezeman, Peter Whalley, Howard White, Florian Wieneke, Lars Wirkus, Albert M. Wright, Nancy Yanez Fuenzalida, Bulat Yessekin, Elizabeth Zaniewski e Windy Zhang.

Leitores do PNUD

Um grupo de leitores, constituído por colegas do PNUD, fez-nos comentários e sugestões e forneceu-nos informações extremamente úteis aquando da redacção do Relatório. A equipa que elaborou o Relatório está particularmente grata a Nada Al-Nashif, Amat Al Aleem Ali Alsoswa, Johan Arvling, Walid Badawi, Michel Balima, Mohamed Bayoumi, Robert G. Bernardo, Razina Bilgrami, Aeneas C. Chuma, Niamh Collier-Smith, Pedro Conceição, Philip Dobie, Jafet Enriquez, Sergio Feld, Emilie Filmer-Wilson, Bjoern Foerde, Edith Gassana, Prema Gera, Tegegnetwork Gettu, Rebeca Grynspan, Tim Hannan, Joakim Harlin, Gilbert Fossoun Hounbo, Andrew Hudson, Ragnhild Imerslund, Abdoulie Jannah, Bruce Jenks, Gordon Eric Johnson, Nanak Kakwani, Douglas Keh, Rima Khalaf Hunaïdi, Olav Kjørven, Elie Kodsì, Okšana Leshchenko, Carlos Linares, Metsi Makhetha, Lamin Manneh, Elena Martinez, Pratibha Mehta, Kalman Mizsei, Cielo Morales, David Morrison, Abdoulaye Ndiaye, Shoji Nishimoto, Joseph Opio-

Odongo, William Orme, Hafiz Pasha, Stefano Petinato, Gonzalo Pizarro, Martin Santiago, Susanne Schmidt, Guido Schmidt-Traub, Salil Shetty, Moustapha Soumare, Juerg Staudenmann, Mounir Tabet, Sarah Timpson e Louisa Vinton.

Edição, Produção e Tradução

O Relatório beneficiou imenso dos conselhos e dos contributos da equipa editorial da Communications Development Incorporated. Bruce Ross-Larson deu conselhos sobre a estrutura e apresentação do argumento. A edição técnica e de produção foi levada a cabo por Meta de Coquereaumont, Elizabeth Collins e Christopher Trott. A apresentação gráfica e a revisão também foram feitas pela Communications Development Incorporated. O Relatório (incluindo a capa) foi projectado por Grundy & Northedge Information Designers. Os mapas e os gráficos para o Relatório foram concebidos por Philippe Rekacewicz., assistido por Laura Margueritte.

A produção, tradução, distribuição e promoção do Relatório beneficiaram da ajuda e apoio do Gabinete de Comunicações do PNUD: Niamh Collier-Smith, Maureen Lynch, David Morrison e William Orme. As traduções foram revistas por Yu Gao, Ce-

cile Molinier, Vladimir Scherbov, Rosine Sori Coulibaly, Mounir Tabet e Oscar Yujnovsky.

Susana Franco (que geriu o projecto sobre os indicadores de género) e Jonathan Morse deram contributos valiosos para a equipa de estatística. O Relatório também beneficiou do trabalho dedicado de estagiários: Paola Adriazola, Carolina Aragon, Nurit Bodemann-Ostow, Torsten Henricson-Bell, Roshni Menon, Sarai Nuñez Ceron, Agueda Perez e Min Zhang.

Gloria Wightman e Juan Arbelaez do Gabinete das Nações Unidas para os Serviços de Projecto deram apoio administrativo fundamental, bem como serviços de gestão.



Kevin Watkins
Director

Relatório do Desenvolvimento Humano 2006

Índice

Prefácio	v
Agradecimentos	vii

Introdução A água para lá da escassez: poder, pobreza e a crise mundial da água	1
--	----------

Capítulo 1 Pôr fim à crise no sector da água e do saneamento básico	25
--	-----------

Lições da História	28
O modo como a insegurança da água estrangulou o crescimento económico e o desenvolvimento humano	30
O problema da água e do saneamento interrompeu — e atrasou o progresso	31
A actual crise mundial no sector da água e do saneamento	31
Mundo rico, mundo pobre	31
A riqueza é importante	35
... e o saneamento vem atrás do acesso à água	36
As estatísticas minimizam sistematicamente a dimensão da escassez	37
Os custos da crise em termos de desenvolvimento humano	42
Agravamento do problema dos salários baixos — o efeito da crise sobre os rendimentos	42
Adiamento da redução das taxas de mortalidade infantil — ameaça mortal à nascença	42
A proliferação de consequências crónicas	45
O aumento das despesas de saúde	46
Prejuízo para a educação das raparigas	47
O agravamento do binómio tempo-pobreza e da desigualdade de género	48
A redução da dignidade humana	48
Os pobres são, de longe, os mais afectados pela crise	49
A população pobre representa a maior parte do défice	49
Os pobres pagam mais — e muito além do que podem	51
Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e para além destas metas — voltar ao caminho certo	55
Um relatório em torno da meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio	56
Os ganhos da prossecução das metas do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio	58
Fazer do progresso uma realidade	59
Reconhecer o direito humano à água e ao saneamento	60
Desenvolver estratégias nacionais fortes	61
Ampliar a ajuda internacional à água e saneamento	66
Construir a parceria global — Argumentos em prol de um plano internacional	66
de acção global para a água e o saneamento	69

Capítulo 2 Água para consumo humano	75
--	-----------

Porque é que os pobres pagam mais — e recebem menos água	80
Água «tratada» e «não tratada» — uma fronteira enganadora entre pura e suja	80
Arranjar água em fornecedores múltiplos	82

Subir a escada dos preços nos bairros urbanos degradados	83
Porque motivo é que os preços importam	84
Os pobres rurais — os últimos da fila	86
Gerir a rede para se conseguir eficiência e equidade	88
Fornecedores públicos — a chave do fornecimento e do financiamento	89
Fornecedores privados — para além das concessões	91
Apresentar os resultados — as políticas	96
Financiamento público e acesso para os pobres urbanos	97
A regulamentação é crítica	100
Alcançar as pessoas carenciadas	102
Apoio internacional para financiamento local	105

Capítulo 3 O grande défice no saneamento **109**

2,6 mil milhões de pessoas sem saneamento	112
Quem está onde na escada do saneamento?	113
O ciclo de benefícios água-saneamento-higiene	115
Qual a razão para o grande atraso do saneamento em relação à água?	118
A barreira das políticas nacionais	118
A barreira do comportamento	119
A barreira da percepção	119
A barreira da pobreza	119
A barreira do género	120
A barreira da oferta	120
Colocar o saneamento ao alcance de todos	120
A acção vinda do povo faz a diferença	121
A liderança do governo é fundamental	122
O problema do financiamento	127
Desenvolver mercados que dão resposta	127
O caminho a seguir	128

Capítulo 4 Escassez de água — riscos e vulnerabilidades associados **131**

Repensar a escassez num mundo pressionado pela falta de água	134
Compreender a escassez	134
Transpor os limites do consumo sustentável — problemas, políticas e respostas	138
Aumentar a oferta — Opções e constrangimentos	148
Regulamentação da procura de um recurso escasso	152
Lidar com o risco, a vulnerabilidade e a incerteza	155
O papel vital das infra-estruturas	155
O aquecimento global — o estado de emergência previsível	159
O caminho a seguir	169

Capítulo 5 A competição pela água na agricultura **171**

Água e desenvolvimento humano — Os vínculos com os meios de subsistência	174
Agricultura sob pressão — os cenários emergentes	175
Objectos inamovíveis e forças irresistíveis	177
A competição, os direitos e a luta pela água	178
Os limites aos mercados privados de água	179
A agenda dos direitos da água — a ausência da equidade e da legitimação	181

Direitos consuetudinários e formais — Evidências da África Subsariana	183
Os direitos da água dão forma às habilitações	186
Melhor governação nos sistemas de irrigação	187
Reduzir o risco de pobreza	188
Financiar com equidade	189
Legitimação — o elo perdido	192
Maior produtividade da água para os pobres	195
Recolha de água e microirrigação	195
Soluções de baixa tecnologia com elevados retornos em desenvolvimento humano	197
O caminho a seguir	198

Capítulo 6 Gestão dos recursos hídricos transfronteiriços **201**

Interdependência hidrológica	204
Partilhar os recursos hídricos mundiais	205
Ao longo das margens do rio	206
Os custos da falta de cooperação	209
A transmissão de tensões ao longo do curso dos rios	209
Contração de lagos, rios que secam	211
A defesa da cooperação	215
As regras do jogo	215
No rio e para além do rio	218
O estado da cooperação	221
Cooperação para o desenvolvimento humano no contexto das bacias fluviais	224
Cooperação a nível das bacias hidrográficas	224
Estruturas institucionais fracas de gestão de recursos hídricos	226
Criação de condições para a cooperação	228
Notas	233
Nota bibliográfica	236
Bibliografia	238

Caixas

Oito razões para o mundo agir sobre o problema da água e do saneamento — Ligações aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio	22
1.1 Um grande passo em frente — da reforma da água à reforma do saneamento básico, no século XIX, na Grã-Bretanha	29
1.2 Acabar com a relação entre as raças, as doenças e as desigualdades nas cidades dos EUA	32
1.3 Os «sanitários voadores» de Kibera — uma consequência da grave negligência verificada na cobertura das redes de fornecimento de água e de saneamento básico em zonas pobres de Nairobi	38
1.4 A discrepância entre o abastecimento de água e o saneamento básico nas Filipinas	40
1.5 As despesas de saúde fomentadas pela falta de acesso a água e a saneamento	46
1.6 África do Sul — actuar sobre o direito à água	64
2.1 O peso da História: muitas redes não se destinavam a chegar aos pobres	86
2.2 Água, género e pobreza temporal	87
2.3 Os serviços públicos podem funcionar — o Departamento de Água e Saneamento de Porto Alegre mostra-nos como	90
2.4 O que correu mal com as concessões? Três fracassos e três lições a aprender	93
2.5 Práticas de definição de preços da água a favor dos pobres na Costa do Marfim	94
2.6 Subsídios ao consumo de água no Chile — maior eficiência e equidade	98

2.7	As fontes públicas — chegar aos pobres, mas muitas vezes a um preço demasiado elevado	100
2.8	Relatórios dos cidadãos — a voz como agente de mudança	101
2.9	Fornecimento de água rural no Gana — uma abordagem participativa que funciona	103
2.10	«Alguns por todos, nem todos por alguns» no Uganda	104
2.11	Legitimar as pessoas rurais em Marrocos — a procura local leva a uma maior cobertura	105
3.1	As deficiências e o saneamento	114
3.2	As crianças enquanto agentes de mudança	116
3.3	Acção popular, o Projecto Orangi	121
3.4	A campanha de saneamento total do Bangladesh	123
3.5	Sulabh — a fazer chegar o saneamento aos pobres da Índia	124
3.6	Lesoto — Progresso no saneamento rural	125
3.7	A abordagem de condomínios do sistema de esgotos em Brasília — Políticas e tecnologia	126
4.1	China — Como gerir a crise da água no contexto de um forte crescimento económico	142
4.2	O Iémen apresenta pressão sobre os recursos hídricos	144
4.3	Subsídios de exploração de água subterrânea no México	146
4.4	O valor real dos ecossistemas baseados na água	147
4.5	Aumentar as reservas através da redução da poluição — mercados e tecnologias	148
4.6	A dessalinização — e as suas limitações	150
4.7	Gestão Integrada de Recursos Hídricos	154
4.8	Secas, cheias e insegurança da água no Quênia	157
4.9	Os bancos de água estão a derreter — o derretimento dos glaciares estão a alterar os fluxos de água	166
5.1	Chile — Mercados de água e reforma numa economia de elevado crescimento	179
5.2	Negociação de água na região ocidental dos Estados Unidos	180
5.3	Direitos da água e redistribuição na África do Sul	182
5.4	Sobreposição de direitos da água e permuta desigual nas Filipinas	183
5.5	Têxtil versus agricultores em Java Ocidental	184
5.6	Direito consuetudinário e desigualdade no Senegal	185
5.7	Vencedores e perdedores da reforma da política da água no rio Pangani, na Tanzânia	187
5.8	Irrigação e gestão da água na Ásia Central	190
5.9	Delegação de poderes na governação da água em Andhra Pradesh	193
6.1	Para além do rio — os custos da falta de cooperação na Ásia Central	214
6.2	Direitos de acesso à água nos Territórios Ocupados da Palestina	216
6.3	A experiência europeia na gestão das bacias fluviais: os rios Reno e Danúbio	219
6.4	A cooperação ao nível das bacias fluviais pode assumir muitas formas	225
6.5	África Austral — integração regional através da cooperação em rios internacionais	227
6.6	Projecto Ambiental Global — aquisição de conhecimentos e capacidades e criação de instituições.	229

Quadros

1.1	A meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio: desempenho anterior e metas futuras em termos de água e saneamento	56
2.1	Cebu, Filipinas: padrões de utilização da água nos agregados familiares que não estão ligados à rede principal de água	81
2.2	Fornecedores independentes de água: agentes importantes mas caros nas cidades da América Latina	84
2.3	A participação privada nas redes de abastecimento de água tem muitas formas...	91
4.1	Previsões do consumo global de água e da parcela utilizada em sectores não agrícolas por região, em 2000 e em 2050	139
4.2	Limiars e metas de redução do aquecimento global	160
5.1	Despesas de irrigação e valor de produção de alguns sistemas de irrigação na Ásia	191
6.1	As bacias hidrográficas internacionais nem vários países	206
6.2	Trinta e nove países recebem a maioria da sua água de fora das suas fronteiras	210
6.3	Os países estão a extrair água a uma velocidade maior do que a sua capacidade de reposição	210
6.4	Benefícios potenciais na sub-bacia do Kagera	226

Figuras

1.1	Lenta redução: o déficit global de água e saneamento básico	33
1.2	Mundos separados: a discrepância da água a nível mundial	34
1.3	Muitos países ainda têm um longo caminho a percorrer até atingirem uma cobertura plena	36
1.4	Rendimentos e resultados no acesso à água e ao saneamento básico: o bem-estar financeiro e a eficácia divergem frequentemente	37
1.5	A diarreia: o segundo maior assassino de crianças	43
1.6	O acesso à água potável e a instalações sanitárias permite reduzir a mortalidade infantil	43
1.7	O acesso à água potável reduz o risco de diarreia ...	44
1.8	... e o mesmo se aplica ao acesso ao saneamento básico	44
1.9	A população pobre representa a maioria das pessoas com falta de acesso a água e a saneamento	48
1.10	A divisão da água	49
1.11	A grande divisão do saneamento básico	50
1.12	A população pobre tem uma taxa de cobertura de saneamento básico mais baixa no Brasil	50
1.13	O preço da pobreza: a água representa uma grande parte das despesas dos 20% mais pobres	51
1.14	Os custos de estar longe do abastecimento de água	52
1.15	Preços da água: os pobres pagam mais, os ricos pagam menos	53
1.16	A divisão da água dentro dos países: Quênia, Tanzânia e Uganda	53
1.17	A divisão rural-urbano: as disparidades no acesso a saneamento básico continuam elevadas	54
1.18	Alguns grupos étnicos têm muito menos acesso a água	54
1.19	Divisão regional: no Peru, a baixa cobertura nas províncias mais pobres custa vidas	55
1.20	Algumas regiões não estão no bom caminho para atingir a meta dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio em termos de água e saneamento	57
1.21	A cobertura de água está a melhorar com a rápida urbanização em alguns países	58
1.22	Água: uma baixa prioridade em muitos orçamentos	62
1.23	O investimento público em água e saneamento é insuficiente para alcançar o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio em muitos países	67
1.24	O compromisso dos doadores é bastante variável — e o financiamento é imprevisível	68
1.25	Alguns doadores dão mais prioridade à água e ao saneamento do que outros	69
2.1	A maior parte dos agregados familiares em Jacarta obtém água em fontes múltiplas	81
2.2	Os prestadores públicos de serviços fornecem a água mais barata	83
2.3	Os preços dos serviços públicos de abastecimento de água aumentam normalmente de acordo com o volume	85
2.4	Quão progressivos são os subsídios da água?	99
2.5	As tarifas de sobrevivência resultam se as taxas de ligação forem altas	100
3.1	Subir na escada do saneamento tem implicações tanto financeiras como de saúde	113
3.2	Os benefícios do saneamento dependem da acção doméstica e da comunidade	115
3.3	No Vietname os pobres estão a ser deixados para trás	119
3.4	O fosso de riqueza no saneamento no Camboja	120
3.5	O crescimento pró-pobreza em acesso ao saneamento na Colômbia e em Marrocos	124
4.1	Disponibilidade da água em declínio	136
4.2	A pressão sobre os recursos hídricos é planeada para acelerar de intensidade em várias regiões	136
4.3	Intensificação da pressão mundial sobre a água	137
4.4	O nosso mundo cada vez mais rico e com cada vez mais sede	137
4.5	Como o mundo utiliza a sua água	138
4.6	A agricultura continua a ser a maior consumidora de água	138
4.7	A variabilidade de rendimento acompanha a variabilidade das chuvas na Etiópia	156
4.8	Grandes desigualdades põem em risco a capacidade de minimização	158
4.9	O nosso planeta estará muito mais quente no próximo século	160
4.10	Aquecimento do planeta: estabilização necessitará de reduções drásticas nas emissões	161
4.11	Redução dos fluxos de ajuda à agricultura	169
5.1	O acesso a água de irrigação pode reduzir a pobreza e a vulnerabilidade	175
5.2	A África Subsariana tem o mais baixo rácio entre agricultura de regadio e de sequeiro	177

5.3	A Ásia detém mais de metade do total mundial de terra irrigada	177
5.4	A irrigação está associada a níveis de pobreza inferiores em muitos países em desenvolvimento	188
5.5	Produtividade agrícola e equidade estão muitas vezes estreitamente associadas	189
5.6	Quem está no início ganha, quem está no final perde em quantidade ...	189
5.7	... e a pobreza é maior entre os agricultores da parte final	189
5.8	Recolha de água em recuo na Índia	196
6.1	Os conflitos relacionados com a água têm que ver com o volume dos caudais — aqui, a cooperação pode ser muito mais abrangente	221
6.2	Para além da quantidade — os acordos sobre água abrangem muitas áreas	222

Mapas

4.1	O consumo abusivo de água está a prejudicar o ambiente em muitas das principais bacias	140
4.2	As alterações climáticas causarão um declínio da abundância de águas em muitas regiões	162
4.3	As alterações climáticas ameaçam reduzir a produção de cereais em grande parte da África Subariana	164
4.4	As alterações climáticas terão como consequência a diminuição dos dias de chuva na Índia	167
6.1	As bacias hidrográficas de rios e lagos da África atravessam muitas fronteiras	207
6.2	O rio Mekong liga os meios de subsistência além fronteiras	208
6.3	O Lago Chade em vias de extinção	211
6.4	A contracção do Mar de Aral: os custos ambientais das plantações de algodão	213

Contributos especiais

	Concentrar os custos no início do período de financiamento para cumprir o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio para a água e o saneamento, <i>Gordon Brown e Ngozi Okonjo-Iweala</i>	72
	O acesso a água segura é uma necessidade humana fundamental e um direito humano elementar, <i>Kofi Annan</i>	78
	A água pura, acessível e a um bom preço é um direito humano e a base do desenvolvimento económico e social, <i>Luiz Inácio Lula da Silva</i>	79
	Água e saneamento: um desafio assustador mas que podemos ultrapassar, <i>Jimmy Carter</i>	117

Indicadores do desenvolvimento humano

O estado do desenvolvimento humano	263
Guia do leitor e notas relativas aos quadros	274
Monitorizar o desenvolvimento humano: aumentar as escolhas das pessoas ...	
1 Índice de desenvolvimento humano	283
1a Indicadores básicos para outros países membros da ONU	287
2 Tendências do índice de desenvolvimento humano	288
3 Pobreza humana e de rendimentos: países em desenvolvimento	292
4 Pobreza humana e de rendimentos: países da OCDE, Europa Central e Oriental e CEI	295
... para viverem uma vida longa e saudável ...	
5 Tendências demográficas	297
6 Compromisso com a saúde: recursos, acesso e serviços	301

7	Água, saneamento e estado da nutrição	305
8	Desigualdades na saúde maternal e infantil	309
9	Principais crises e riscos de saúde mundiais	311
10	Sobrevivência: progressos e retrocessos	315
... para adquirirem conhecimentos ...		
11	Compromisso com a educação: despesa pública	319
12	Literacia e escolarização	323
13	Tecnologia: difusão e criação	327
... terem acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno ...		
14	Desempenho económico	331
15	Desigualdade no rendimento ou consumo	335
16	Estrutura do comércio	339
17	Responsabilidades dos países ricos: ajuda	343
18	Fluxos de ajuda, capital privado e dívida	344
19	Prioridades na despesa pública	348
20	Desemprego nos países da OCDE	352
... enquanto os preservam para as gerações futuras ...		
21	Energia e ambiente	353
... protegendo a segurança pessoal ...		
22	Refugiados e armamentos	357
23	Vítimas da criminalidade	361
... e alcançando a igualdade para todas as mulheres e homens		
24	Índice de desenvolvimento ajustado ao género	363
25	Medida de participação segundo o género	367
26	Desigualdade de género na educação	371
27	Desigualdade de género na actividade económica	375
28	Género, trabalho e afectação de tempo	379
29	Participação política das mulheres	380
Instrumentos dos direitos humanos e do trabalho		
30	Estatuto dos principais instrumentos internacionais de direitos humanos	384
31	Estatuto das convenções sobre direitos fundamentais do trabalho	388
Nota Técnica 1		
393		
Nota Técnica 2		
400		
Nota Técnica 3		
402		
Definições de termos estatísticos		
404		
Referências estatísticas		
411		
Classificação dos países		
413		
Índice dos indicadores		
417		
Índice dos indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio		
nos quadros dos indicadores		
421		



Introdução

A água para lá da escassez

Poder, pobreza e a crise mundial da água

A crise global da água condena uma considerável parte da humanidade a vidas de pobreza, vulnerabilidade e insegurança

A água deste lago não é boa. Recolhemo-la porque não temos alternativa. Todos os animais bebem água deste lago, assim como a comunidade. É também por causa da água que estamos a ser infectados por várias doenças.

Zenebech Jemel, Chobare Meno, Etiópia

Claro que eu gostava de ir à escola. Quero aprender a ler e a escrever... Mas como posso fazê-lo? A minha mãe precisa de mim para ir buscar água.

Yeni Bazan, 10 anos, El Alto, Bolívia

As condições aqui são terríveis. Há esgotos por todo o lado. É por isso que a nossa água está poluída. A maioria das pessoas utiliza baldes e sacos de plástico para as suas necessidades fisiológicas. As nossas crianças sofrem permanentemente de diarreia e de outras doenças devido à imundície.

Mary Akinyi, Kibera, Nairobi, Quénia

Elas [as fábricas] utilizam tanta água e nós mal dispomos de quantidade suficiente para as nossas necessidades básicas, já para não falar na rega das nossas colheitas.

Gopal Gujur, agricultor, Rajastão, Índia

Quatro vezes de quatro países unidas por um único tema: a privação do acesso à água. Esta privação pode ser medida por estatísticas, mas os números não mostram os rostos humanos dos milhões de pessoas a quem é negada a oportunidade de realizar o seu potencial. A água, a essência da vida e um direito humano básico, encontra-se no cerne de uma crise diária que afecta vários milhões das pessoas mais vulneráveis do mundo — uma crise que ameaça a vida e destrói os meios de subsistência a uma escala arrasadora.

Ao contrário das guerras e das catástrofes naturais, a crise global da água não ocupa lugar de destaque nos títulos da imprensa. Também não galvaniza uma acção internacional concertada. Tal como a fome, a privação do acesso à água é uma crise silenciosa suportada pelos pobres e tolerada por aqueles que dispõem dos recursos, da tecnologia e do poder político para acabar com ela. No entanto, esta é uma crise que está a bloquear o progresso humano, con-

denando uma considerável parte da humanidade a vidas de pobreza, vulnerabilidade e insegurança. Esta crise ceifa mais vidas por doença do que qualquer conflito armado. Reforça também as obscenas desigualdades nas oportunidades de vida que dividem nações ricas e pobres num mundo cada vez mais próspero e interligado e também as pessoas de um mesmo país com base na riqueza, género e outros indicadores de desvantagem.

Superar a crise da água e do saneamento constitui um dos grandes desafios do desenvolvimento humano no início do século XXI. O êxito na abordagem deste desafio através de uma resposta concertada nacional e internacional funcionaria como catalisador de progresso na saúde pública, na educação, na redução da pobreza e, ainda, como fonte de dinamismo económico. Daria um impulso decisivo aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio — as metas adoptadas pelos governos enquanto parte integrante de uma parceria global para a redução da

A escassez que se encontra no coração da crise mundial da água tem as suas raízes no poder, na pobreza e na desigualdade, não na disponibilidade física

pobreza. A alternativa de deixar tudo como está representa tolerar um nível de sofrimento e de perda de potencial humano evitáveis, que todos os governos deveriam considerar injustificável do ponto de vista ético e de desperdício económico.

Água para a vida, água para a subsistência

«Através da água», diz o Alcorão, «damos vida a tudo». Este ensinamento simples encerra uma profunda sabedoria. As pessoas necessitam tanto de água como de oxigénio: sem ela não haveria vida. Mas, para além dos lares, a água também dá vida num sentido muito mais lato. As pessoas necessitam de água potável e de saneamento para manterem a sua saúde e dignidade. Mas para além dos lares, a água também sustenta os sistemas ecológicos e contribui para os sistemas de produção que mantêm os meios de subsistência.

Em última análise, o desenvolvimento humano consiste na realização do potencial. Prende-se com aquilo que as pessoas podem fazer e naquilo em que se podem tornar — as suas capacidades — e com a liberdade de que dispõem para exercer escolhas reais nas suas vidas. A água está presente em todos os aspectos do desenvolvimento humano. Quando as pessoas vêem negado o seu acesso à água potável no lar ou quando não têm acesso à água enquanto recurso produtivo, as suas escolhas e liberdades são limitadas pela doença, pobreza e vulnerabilidade. A água dá vida a tudo, incluindo o desenvolvimento humano e a liberdade humana.

No *Relatório do Desenvolvimento Humano* deste ano debruçamo-nos sobre dois aspectos específicos da crise global da água. O primeiro, explorado nos capítulos 1 a 3, consiste na água para a vida. O fornecimento de água potável, a eliminação de águas residuais e a oferta de saneamento são três dos alicerces mais básicos do progresso humano. Analisámos os custos da não implementação destes alicerces e delineámos algumas das estratégias necessárias para que se consiga alcançar o acesso universal à água e ao saneamento. O segundo aspecto, a água enquanto meio de subsistência, é o tema dos capítulos 4 a 6. Neles abordamos a água enquanto recurso produtivo partilhado por países e no interior dos mesmos, salientando os desafios enormes com que muitos governos se confrontam actualmente para gerir a água de forma equitável e eficiente.

Alguns comentadores relacionam o desafio global da água com um problema de escassez. O espírito de Thomas Malthus, que, no século XIX, desconcertou os líderes políticos com a previsão de um futuro de escassez alimentar, está cada vez mais presente nos debates internacionais sobre a água. Face ao

crescimento populacional e ao aumento da procura mundial pela água, refere o argumento, o futuro aponta para uma «aritmética sombria» de escassez. Rejeitamos este ponto de partida. A disponibilidade de água é uma preocupação para alguns países. Mas a escassez que se encontra no coração da crise mundial da água tem as suas raízes no poder, na pobreza e na desigualdade, não na disponibilidade física.

É no domínio da água para a vida que esta situação está mais patente. Hoje, cerca de 1,1 mil milhões de pessoas dos países em desenvolvimento têm um acesso inadequado à água e 2,6 mil milhões não dispõem de saneamento básico. Estes dois défices têm a sua origem nas instituições e nas escolhas políticas, não na disponibilidade da água. As necessidades de água doméstica representam uma ínfima fracção da utilização da água, normalmente menos do que 5% do total, mas existe uma tremenda desigualdade no acesso a água potável e a saneamento a nível doméstico. Em zonas de elevado rendimento de cidades da Ásia, da América Latina e da África Subariana, as pessoas usufruem do acesso a várias centenas de litros de água por dia, entregue em suas casas a baixos preços pelos serviços públicos de abastecimento. Entretanto, os moradores de bairros degradados e as famílias carenciadas das zonas rurais dos mesmos países têm acesso a bem menos do que os 20 litros de água por dia e por pessoa necessários para satisfazer as necessidades humanas mais básicas. As mulheres e as raparigas são duplamente afectadas, já que são elas que sacrificam o seu tempo e a sua educação para recolher água.

Algo de semelhante se verifica na questão da água enquanto meio de subsistência. Em todo o mundo a agricultura e a indústria estão a ajustar-se a constrangimentos hidrológicos cada vez mais rigorosos. Mas se a escassez é um problema generalizado, nem todos são afectados por ela. Em regiões da Índia que sofrem de pressão sobre os recursos hídricos, as bombas de irrigação extraem água de aquíferos 24 horas por dia para os agricultores abastados, ao passo que os pequenos agricultores vizinhos dependem dos caprichos da chuva. Aqui também, a principal causa de escassez na grande maioria dos casos tem raízes institucionais e políticas e não se deve a uma deficiência física de água. Em muitos países a escassez é produto de políticas públicas que têm encorajado a utilização abusiva de água.

O mundo tem água mais do que suficiente para fins domésticos, para a agricultura e para a indústria. O problema é que algumas pessoas — nomeadamente as pessoas carenciadas — são sistematicamente excluídas do acesso pela sua pobreza, pelos seus reduzidos direitos legais ou por políticas públicas que limitam o acesso às infra-estruturas que fornecem água para a vida e para a subsistência. Resumindo, a escassez é produto de processos políticos e

de instituições desfavoráveis às pessoas carenciadas. No que respeita à água potável, o que acontece em muitos países é que as pessoas carenciadas recebem menos, pagam mais e suportam o fardo dos custos de desenvolvimento humano associados à escassez.

Segurança humana, cidadania e justiça social

Há pouco mais de uma década, o *Relatório do Desenvolvimento Humano 1994* introduziu a ideia da segurança humana no debate mais genérico sobre o desenvolvimento. O objectivo era olhar mais além das estreitas percepções da segurança nacional, definida em termos de ameaças militares e da protecção de objectivos estratégicos de política externa, em direcção a uma visão de segurança enraizada nas vidas das pessoas.

A segurança da água faz parte integrante desta concepção mais vasta da segurança humana. Em termos genéricos, a segurança da água consiste em assegurar que cada pessoa disponha de um acesso fiável a água suficiente a um preço acessível para levar uma vida saudável, digna e produtiva, não deixando de manter os sistemas ecológicos que fornecem água e que também dependem da água. Quando não se verificam estas condições, ou quando o acesso à água é interrompido, as pessoas confrontam-se com graves riscos de segurança humana, causados por más condições de saúde e pela ruptura dos meios de subsistência.

No mundo do início do século XXI, os problemas nacionais de segurança têm um forte peso na agenda internacional. Conflitos violentos, preocupações com ameaças terroristas, a proliferação de armas nucleares e o crescimento da comercialização ilícita de armas e drogas representam desafios de peso. Face a este cenário, é fácil perder de vista alguns imperativos básicos de segurança humana, incluindo os que se relacionam com a água. O número de 1,8 milhões de mortes infantis anuais relacionadas com a água imprópria para consumo e com um saneamento inadequado ofusca as mortes associadas aos conflitos violentos. Nenhum acto de terrorismo gera uma devastação económica à escala da crise da água e do saneamento. No entanto, a questão mal é aflorada na agenda internacional.

Não é somente o contraste com os imperativos de segurança nacional que é perturbante. Hoje, a acção internacional para lidar com a crise do VIH/SIDA encontra-se institucionalizada na agenda dos países do Grupo dos Oito. Ameaçado por uma potencial crise de saúde pública sob a forma de gripe das aves, o mundo rapidamente se mobiliza para elaborar um plano de acção global. Mas a realidade concreta da crise da água e do saneamento merece apenas uma resposta mínima e fragmentada. E por-

quê? Uma explicação plausível é a de que, ao contrário do VIH/SIDA e da gripe das aves, a crise da água e do saneamento representa a ameaça mais imediata e mais directa às pessoas carenciadas dos países pobres — um eleitorado sem voz na formação das percepções internacionais da segurança humana.

Para além de impactos destrutivos altamente visíveis sobre as pessoas, a insegurança da água viola alguns dos princípios mais básicos da justiça social. Entre eles:

- *Cidadania igual.* Cada pessoa tem direito a um conjunto igual de direitos civis, políticos e sociais, incluindo o meio de exercer estes direitos de forma eficaz. A insegurança da água compromete estes direitos. Uma mulher que passa horas a fio a recolher água ou que sofre de constantes doenças relacionadas com a água tem menos capacidade de participar na sociedade, mesmo que possa participar da eleição do seu governo.
- *O mínimo social.* Todos os cidadãos devem ter acesso a recursos suficientes para satisfazer as suas necessidades básicas e levar uma vida digna. A água potável faz parte do mínimo social, com um requisito mínimo de 20 litros por pessoa e por dia.
- *Igualdade de oportunidades.* A igualdade de oportunidades, um requisito-chave para a justiça social, é diminuída pela insegurança da água. A maioria das pessoas aceitaria que a educação é essencial para a igualdade de oportunidades. Por exemplo, as crianças impossibilitadas de frequentar a escola quando se encontram afectadas por acessos constantes de doenças causados por água imprópria para consumo não usufruem, em qualquer sentido positivo, do direito à educação.
- *Distribuição justa.* Todas as sociedades estabelecem limites à extensão justificável da desigualdade. A forte desigualdade do acesso a água potável doméstica ou a água produtiva no campo não cumpre os critérios de distribuição justa, especialmente quando associada aos elevados níveis, evitáveis, de morte infantil ou de pobreza.

A ideia da água enquanto direito humano reflecte estas preocupações subjacentes. Como declarou o Secretário-Geral das Nações Unidas, «O acesso seguro a água potável é uma necessidade humana fundamental e, portanto, um direito humano básico». A preservação do direito humano à água é um fim em si mesmo e um meio de consubstanciar os direitos mais genéricos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e outros instrumentos com vínculo jurídico — incluindo o direito à vida, à educação, à saúde e a um alojamento adequado. Assegurar que cada pessoa tenha acesso a pelo menos 20 litros de água potável e por dia para satisfazer as suas ne-

O mundo tem água mais do que suficiente para fins domésticos, para a agricultura e para a indústria. O problema consiste em que algumas pessoas — nomeadamente os pobres — são sistematicamente excluídas

Assegurar que cada pessoa tenha acesso a pelo menos 20 litros de água potável por dia é um requisito mínimo para respeitar o direito humano à água

cessidades básicas é um requisito mínimo para respeitar o direito à água — e uma meta mínima para os governos.

Os direitos humanos não são extras facultativos. Tal como não são uma disposição legal voluntária a abraçar ou abandonar segundo o capricho de cada governo. São obrigações vinculativas que reflectem valores universais e implicam responsabilidades por parte dos governos. No entanto, o direito humano à água é violado impunemente de uma forma generalizada e sistemática — e são os direitos humanos das pessoas carenciadas que estão sujeitos aos abusos mais graves.

Atingir a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio em 2015 — um teste de humanidade

Faltam neste momento menos de 10 anos para a data-alvo de 2015 para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio — as metas temporais da comunidade internacional para reduzir a pobreza extrema e a fome, diminuir a mortalidade infantil, proporcionar educação às crianças e ultrapassar as desigualdades de género. O progresso em cada uma destas áreas será condicionado pelo modo como os governos respondem à crise na água.

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio proporcionam uma referência para medir o progresso em direcção ao direito humano à água. É por esta razão que reduzir a metade a parcela de população mundial sem acesso sustentável a água potável e a saneamento básico — o Objectivo 7, meta 10 — constitui uma meta fundamental por mérito próprio. Mas atingir aquela meta é crucial para que se possam atingir outros objectivos. A água potável e o saneamento poupariam as vidas de inúmeras crianças, promoveriam o progresso na educação e libertariam as pessoas de doenças que as mantêm na pobreza.

A urgência de alcançar o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio para a água e o saneamento nunca poderá ser exagerada. Mesmo que as metas sejam atingidas, continuarão a existir mais de 800 milhões de pessoas sem água e 1,8 mil milhões sem saneamento em 2015. No entanto, apesar dos progressos, o mundo está a conseguir resultados aquém dos que são necessários, especialmente nos países mais pobres. Para alterar este cenário, será necessária uma acção sustentada ao longo da próxima década, aliada a um corte decisivo com o actual modelo que privilegia a opção de deixar tudo como está.

A data-alvo de 2015 é importante por razões práticas e simbólicas. Ao nível prático, recorda-nos que o tempo está a esgotar-se — e que o prazo para os investimentos e políticas necessários traduzirem resultados está a aproximar-se rapidamente. Ao nível simbólico, 2015 tem uma importância mais profunda. O

estado do mundo naquele ano constituirá um julgamento do estado actual da cooperação internacional. Será um reflexo da geração de líderes políticos que assinou o compromisso do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio e pronunciará o veredicto sobre o incumprimento ou a observância do compromisso.

Em determinado momento de 2015, terá lugar outro evento de menor importância, mas não menos simbólico. A Agência Espacial Norte-Americana lançará o Projecto das Luas Geladas de Júpiter. Recorrendo a tecnologia actualmente em desenvolvimento, será lançada uma nave espacial que entrará na órbita de três das luas de Júpiter para investigar a composição dos vários lagos de água salgada que se encontram por debaixo das suas superfícies de gelo — e para determinar se existem condições de vida. A ironia que representa a despesa de milhares de milhões de dólares por parte da humanidade na exploração do potencial de vida noutros planetas seria imensa, e trágica se, ao mesmo tempo, permitirmos a destruição da vida e das capacidades humanas no planeta Terra por falta de tecnologias muito menos exigentes: a infra-estrutura para oferecer água potável e saneamento para todos. Oferecer um copo de água potável e uma instalação sanitária pode ser um desafio, mas não é ciência aeroespacial.

Mahatma Gandhi declarou uma vez que «a diferença entre aquilo que fazemos e aquilo que somos capazes de fazer seria suficiente para resolver a maioria dos problemas do mundo». Esta observação reveste-se de crucial importância para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. A combinação sem precedentes de recursos e de tecnologia à nossa disposição actualmente torna intelectualmente indefensável o argumento de que as metas de 2015 se encontram além do nosso alcance. Não deveremos dar-nos por satisfeitos com um progresso que fique aquém dos objectivos estabelecidos — ou com meias medidas que excluam partes inteiras da humanidade.

Água para a vida — a crise global da água e do saneamento

A água potável e o saneamento constituem alguns dos motores mais poderosos do desenvolvimento humano. Alargam a oportunidade, aumentam a dignidade e ajudam a criar um ciclo virtuoso de melhoria da saúde e de crescimento da riqueza.

As pessoas que vivem actualmente em países ricos não têm praticamente ideia de como a água potável promoveu o progresso social nos seus próprios países. Há pouco mais de cem anos, Londres, Nova Iorque e Paris eram focos de doenças infecto-contagiosas, com a saúde pública minada pela diarreia, a disenteria e a febre tifóide. As taxas de mortalidade infantil eram tão elevadas então como o são agora em grande parte

da África Subsaariana. A crescente riqueza proporcionada pela industrialização aumentou os rendimentos mas a mortalidade infantil e a esperança de vida mantiveram-se praticamente inalteradas.

Reformas abrangentes na água e no saneamento alteraram aquele cenário. A água potável permitiu um passo em frente no progresso humano. Impelidos por coligações para a reforma social, por preocupações morais e por interesses económicos próprios, os governos colocaram a água e o saneamento no centro de um novo contrato social entre Estado e cidadãos. No espaço de uma geração, reuniram o financiamento, a tecnologia e as regulações necessárias para colocar a água e o saneamento ao alcance de todos.

A nova infra-estrutura destruiu o vínculo entre água contaminada e doenças infecto-contagiosas. Segundo se estima, a purificação da água foi responsável pela redução de quase metade da mortalidade nos Estados Unidos no primeiro terço do século XX. No Reino Unido, a expansão do saneamento contribuiu para um aumento de 15 anos na esperança de vida nas quatro décadas que se seguiram a 1880.

A linha de ruptura entre o saneamento e a água

Hoje, nos países ricos, basta girar uma torneira para ter água potável. Instalações sanitárias privadas e higiénicas são um dado adquirido. As preocupações com a escassez de água podem surgir ocasionalmente em alguns países. Mas esta preocupação tem de ser colocada em perspectiva. As crianças dos países ricos não morrem por falta de um copo de água potável. As raparigas não são impedidas de frequentar a escola por terem de efectuar longas jornadas para recolher água de ribeiros e rios. E as doenças infecto-contagiosas transmitidas pela água constituem tema de livros de história, não de enfermarias de hospital e de morgues.

O contraste com os países pobres é perturbante. Se a privação está distribuída desequilibradamente entre regiões, os factos relativos à crise global da água falam por si. Cerca de 1,1 mil milhões de pessoas no mundo em desenvolvimento não têm acesso a uma quantidade mínima de água potável. As taxas de cobertura são mais baixas na África Subsaariana, mas a maioria das pessoas sem água potável vive na Ásia. A privação de saneamento é ainda mais generalizada. Cerca de 2,6 mil milhões de pessoas, metade da população do mundo em desenvolvimento, não têm acesso a um saneamento básico. E a subnotificação generalizada dos dados significa que estes números não dão conta da dimensão real do problema.

«Não ter acesso» à água e ao saneamento é um eufemismo delicado para uma forma de privação que ameaça a vida, destrói a oportunidade e diminui a dignidade humana. Não ter acesso a água e a saneamento significa que as pessoas recorrem a fossas, rios

e lagos poluídos com excrementos humanos ou animais ou utilizados por animais. Significa também não ter água suficiente para satisfazer até as necessidades humanas mais básicas.

Se as necessidades básicas variam, o limite mínimo é de cerca de 20 litros por dia. A maioria dos 1,1 mil milhões de pessoas sem acesso a água potável utiliza cerca de 5 litros por dia — um décimo da quantidade média diária utilizada nos países ricos para puxar o autoclismo. Em média, na Europa as pessoas utilizam mais de 200 litros, e nos Estados Unidos mais de 400 litros. Quando um europeu puxa o autoclismo ou quando um americano toma banho utiliza mais água da que é disponibilizada a centenas de milhões de indivíduos que vivem em bairros degradados ou zonas áridas do mundo em desenvolvimento. As torneiras que pingam nos países ricos desperdiçam mais água da que está disponível diariamente a mais de mil milhões de pessoas.

A falta de acesso a saneamento força as pessoas a defecar nos campos, fossas e baldes. Os «sanitários voadores» de Kibera, um bairro degradado de Nairobi, no Quênia, são sintomáticos daquilo que representa não ter acesso a saneamento. Sem acesso a instalações sanitárias, as pessoas defecam em sacos de plástico que atiram para as ruas. A ausência de instalações sanitárias coloca problemas particularmente graves de saúde pública e de segurança para as mulheres e as raparigas. No saneamento como na água, a desigualdade de género estrutura os custos humanos do desfavorecimento.

O acesso à água e ao saneamento reforça algumas velhas lições do desenvolvimento humano. Em média, as taxas de cobertura em ambas as áreas crescem com o rendimento: uma maior riqueza tende a ser acompanhada por um melhor acesso à água e ao saneamento. Mas existem enormes variações em torno da média. Alguns países, como o Bangladesh e a Tailândia, no saneamento, e o Sri Lanka e o Vietname, na água, apresentam um desempenho muito melhor do que se poderia esperar somente com base no rendimento. Outros, como a Índia e o México, no saneamento, apresentam um desempenho bastante mais fraco. A lição a tirar é a seguinte: o rendimento é importante, mas a política pública modela a conversão do rendimento em desenvolvimento humano.

Os custos do desenvolvimento humano — imensos

A privação de água e de saneamento gera efeitos multiplicadores. Do currículo constam os seguintes custos para o desenvolvimento humano:

- Cerca de 1,8 milhões de mortes de crianças por ano causadas por diarreia (4.900 mortes por dia), ou seja, uma população menor de cinco

«Não ter acesso» à água e ao saneamento é um eufemismo delicado para uma forma de privação que ameaça a vida, destrói a oportunidade e diminui a dignidade humana

A água e o saneamento constituem uma das medicinas preventivas mais poderosas que estão disponíveis aos governos para reduzir as doenças infecto-contagiosas. O investimento nesta área está para as doenças mortais, como a diarreia, como a vacinação está para o sarampo — é um salva-vidas

anos de dimensão equivalente à existente em Nova Iorque e Londres combinadas. Em conjunto, a água imprópria para consumo e o mau saneamento constituem a segunda maior causa mundial de morte infantil. As mortes por diarreia em 2004 foram seis vezes mais numerosas do que a média anual de mortes em conflitos armados nos anos 90.

- A perda de 443 milhões de dias escolares por ano devido a doenças relacionadas com a água.
- Perto de metade do total de pessoas dos países em desenvolvimento sofrem, em determinada altura, de um problema de saúde causado pela falta de acesso a água e saneamento.
- Milhões de mulheres passam várias horas por dia a recolher água.
- Ciclos de vida de desfavorecimento afetam milhões de pessoas, com a doença e as oportunidades de educação perdidas na infância resultando em pobreza na vida adulta.

A estes custos humanos pode acrescentar-se o desperdício económico maciço associado à falta de acesso a água e saneamento. A medição destes custos é intrinsecamente complexa. No entanto, novos estudos conduzidos para o *Relatório do Desenvolvimento Humano* deste ano salientam as enormes perdas suportadas por alguns dos países mais pobres do mundo. Os estudos determinam os custos associados com a despesa de saúde, as perdas de produtividade e os desvios de mão-de-obra.

As perdas são mais consideráveis nalguns dos países mais pobres. A África Subsariana perde cerca de 5% do PIB, ou cerca de 28,4 mil milhões de dólares por ano, valor que excede os fluxos totais de ajuda e de alívio da dívida para a região em 2003. De uma forma perturbante, estes custos económicos acumulados ocultam o verdadeiro impacto da falta de acesso à água e ao saneamento. A maioria das perdas é sustentada por famílias abaixo do limiar de pobreza, o que atrasa os esforços das pessoas carenciadas para se conseguirem libertar da pobreza.

Seja qual for a medida de eficiência aplicada, os investimentos em água e saneamento têm o potencial de gerar elevados retornos. Cada dólar gasto no sector gera em média 8 dólares em poupança de custos e ganhos de produtividade. Para além deste ganho estático, um melhor acesso à água e ao saneamento tem o potencial de gerar efeitos dinâmicos de longo prazo que impulsionarão a eficiência económica.

Quer seja medida com base nos indicadores de referência de sofrimento humano, de desperdício económico ou de pobreza extrema, a falta de acesso à água e ao saneamento gera resultados aterradores. O reverso da moeda é o potencial de redução daquele défice como meio para o progresso humano. A água e o saneamento constituem uma das medicinas preventivas mais poderosas que estão disponíveis aos governos para reduzir as doenças infecto-contagiosas. O investimento nesta área está para as doenças mortais, como a diarreia, como a vacinação está para o sarampo — é um salva-vidas. Os estudos conduzidos para este Relatório demonstram que o acesso à água potável reduz as taxas de mortalidade infantil em mais de 20% nos Camarões e no Uganda. No Egipto e no Peru, a presença de uma retrete com autoclismo em casa reduz o risco de mortalidade infantil em mais de 30%.

Uma crise para os pobres, fundamentalmente

A crise da água e do saneamento é, acima de tudo, uma crise dos pobres. Quase duas em cada três pessoas sem acesso à água potável sobrevivem com menos de 2 dólares por dia, com uma em cada três a viver com menos de 1 dólar por dia. Mais de 660 milhões de pessoas sem saneamento vivem com menos de 2 dólares por dia e mais de 385 milhões com menos de 1 dólar por dia.

Estes factos comportam importantes implicações para a política pública. Apontam claramente para a reduzida capacidade das populações sem serviço de abastecimento de financiarem um acesso melhorado através da despesa privada. Se o sector privado pode ter um papel a desempenhar no abastecimento, o financiamento público constitui a chave para ultrapassar a falta de acesso à água e ao saneamento.

Em muitos países, a distribuição do acesso adequado a água e saneamento reflecte a distribuição de riqueza. O acesso a água canalizada nos lares é, em média, de 85% para os 20% mais ricos, em comparação com 25% para os 20% mais pobres. A desigualdade vai além do acesso. O princípio perverso que se aplica a grande parte do mundo em desenvolvimento é que as pessoas mais pobres não só têm acesso a menos água, e a menos água potável, como também pagam alguns dos preços mais elevados do mundo:

- As pessoas que vivem nos bairros degradados de Jacarta (Indonésia), Manila (Filipinas) e Nairobi (Quênia) pagam 5 a 10 vezes mais por água e por unidade do que as que vivem nas zonas de elevado rendimento das suas

- próprias cidades — e mais do que pagam os consumidores em Londres ou Nova Iorque.
- As famílias de elevado rendimento utilizam muito mais água do que as famílias carentes. Em Dar es Salam (Tanzânia) e Bombaim (Índia), a utilização de água per capita é 15 vezes mais elevada nos subúrbios de alto rendimento ligados ao serviço de abastecimento público do que nos bairros degradados.
 - Os preços desiguais da água têm consequências perversas para a pobreza das famílias. Os 20% de famílias mais pobres em El Salvador, Jamaica e Nicarágua gastam em média mais de 10% do seu rendimento familiar em água. No Reino Unido, um limiar de 3% é considerado um indicador de dificuldades.

Prognóstico para o cumprimento da meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio não constituem o primeiro conjunto de metas ambiciosas adoptado pelos governos. Conseguir «água e saneamento para todos» no espaço de uma década era uma das metas incluídas num ambicioso conjunto de objectivos adoptado no seguimento de conferências de alto nível nos anos 70 e 80. Os resultados ficaram bem aquém da promessa. Será diferente desta vez?

Em conjunto, o mundo está na pista certa para atingir a meta para a água, devido, em grande parte, a fortes progressos na China e na Índia, mas apenas duas regiões estão no caminho certo no que se refere ao saneamento (a Ásia Oriental e a América Latina). O cenário global oculta grandes variações regionais e nacionais.

- Com base nas actuais tendências, a África Subsariana atingirá a meta da água em 2040 e a meta do saneamento em 2076. No que se refere ao saneamento, a Ásia do Sul está 4 anos desviada da meta e, no domínio da água, os países árabes apresentam um atraso de 27 anos.
- Numa análise país a país, a meta da água não será atingida por 234 milhões de pessoas, com 55 países longe de atingir a meta.
- A meta do saneamento não será atingida por 430 milhões de pessoas, com 74 países que não encontraram o caminho certo.
- Para que a África Subsariana entre no caminho certo, os níveis de ligação da água terão de passar de 10 milhões por ano na década passada para 23 milhões por ano na próxima década. A taxa de prestação de sa-

neamento na Ásia do Sul terá de passar de 25 milhões de pessoas por ano para 43 milhões por ano.

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio devem ser encarados como um limiar mínimo de abastecimento, não como um tecto. Mesmo que sejam atingidos, continuará a persistir um enorme défice global. O que é preocupante, a manter-se a actual trajectória global, é que o mundo não atingirá o limiar definido pela promessa do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio.

Ultrapassar a discrepância entre as actuais tendências e as metas

Alterar este cenário não é somente o passo certo a tomar, mas o mais sensato. É o passo certo a tomar porque a água e o saneamento são direitos humanos básicos — e nenhum governo deve estar disposto a fechar os olhos ao actual nível de violação de direitos humanos ou à perda associada de potencial humano. E é o passo sensato a tomar porque o acesso à água e ao saneamento dota as pessoas de meios para se libertarem da pobreza e de contribuírem para a prosperidade nacional.

É difícil quantificar os potenciais ganhos para o desenvolvimento humano decorrentes do progresso na água e no saneamento. Mas as melhores estimativas sugerem que os benefícios ultrapassam em grande medida os custos. Os custos suplementares associados ao cumprimento do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio com base na opção tecnológica sustentável de mais baixo custo ascenderiam a cerca de 10 mil milhões de dólares por ano. Ultrapassar a discrepância entre as actuais tendências e as da meta para alcançar o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio para a água e o saneamento teria por resultado:

- Cerca de menos 203.000 mortes de crianças em 2015 e mais de 1 milhão de vidas de crianças poupadas ao longo da próxima década.
- Um ganho adicional de 272 milhões de dias de frequência escolar, só como resultado da redução de casos de diarreia.
- Benefícios económicos totais de cerca de 38 mil milhões de dólares por ano. Os benefícios para a África Subsariana — de cerca de 15 mil milhões de dólares — representariam 60% dos seus fluxos de ajuda em 2003. Os ganhos na Ásia do Sul representariam quase 6 mil milhões de dólares

Poderá o mundo dar-se ao luxo de suportar os custos de um progresso acelerado em direcção

Quase duas em cada três pessoas sem acesso à água potável sobrevivem com menos de 2 dólares por dia

O que é necessário na próxima década é um movimento internacional concertado que deve começar por estratégias de propriedade nacional, mas incorporando um plano de acção global

ao abastecimento de água e saneamento? A questão que deve ser colocada é: poderá o mundo dar-se ao luxo de não realizar estes investimentos?

O preço de 10 mil milhões de dólares anexado ao Objectivo de Desenvolvimento do Milénio parece uma quantia avultada — mas há que considerá-lo contextualmente. Representa menos do valor global da despesa militar em cinco dias e menos de metade do que os países ricos despendem anualmente em água mineral. É um pequeno preço a pagar por um investimento que pode poupar milhões de vidas jovens, libertar um potencial de educação desperdiçado, salvar as pessoas de doenças que as privam da sua saúde e gerar um retorno económico que impulsionará a prosperidade.

Quatro pilares para o sucesso

Se as conferências internacionais de alto nível, as declarações de incentivo e as metas ambiciosas pudessem fornecer água potável e saneamento básico, há muito que a crise mundial já teria sido resolvida. Desde meados dos anos 90, tem-se verificado um florescimento de conferências internacionais sobre o tema da água, acompanhado por uma proliferação de parcerias internacionais de alto nível. Entretanto, existem 23 agências da ONU a lidar com a água e o saneamento.

Tantas conferências, tanta actividade — e tão pouco progresso. Analisando a década passada, é difícil escapar à conclusão de que a água e o saneamento sofreram de um excesso de palavras e de um défice de acção. O que é necessário na próxima década é um movimento internacional concertado que deve começar por estratégias de propriedade nacional, mas incorporando um plano de acção global. Não há planos prontos a usar para a reforma, mas quatro pilares são fundamentais para o sucesso.

- *Converter a água num direito humano — e fazer com que seja cumprido.* Todos os governos deveriam ir além dos vagos princípios constitucionais para a preservação do direito humano à água na legislação em vigor. Para ser cumprido, o direito humano deve corresponder a uma habilitação a um abastecimento de água seguro, acessível e a um preço razoável. A habilitação apropriada deverá variar por país e circunstâncias familiares. Mas implica, no mínimo, uma meta de pelo menos 20 litros de água potável por dia para cada cidadão — e sem qualquer custo para as pessoas com falta de meios para o seu pagamento. Devem ser estabelecidos indicadores de referência claros para o progresso

em direcção à meta, com a responsabilização dos governos nacionais e locais e também dos fornecedores de água. Se os fornecedores privados têm um papel a desempenhar no abastecimento de água, alargar o direito humano à água é uma obrigação dos governos.

- *Delinear estratégias nacionais para a água e o saneamento.* Todos os governos deveriam preparar planos nacionais para acelerar o progresso na água e no saneamento, com metas ambiciosas apoiadas por financiamento e estratégias claras para ultrapassar as desigualdades. A água e, ainda mais, o saneamento, são os parentes pobres do planeamento da redução da pobreza. Sofrem de um subfinanciamento crónico, usufruindo geralmente de uma despesa pública inferior a 0,5% do PIB. Os investimentos na água e no saneamento, que podem salvar vidas, são ofuscados pela despesa militar. Na Etiópia, o orçamento militar é 10 vezes superior ao da água e saneamento — no Paquistão, 47 vezes. Os governos deveriam ter como objectivo um mínimo de 1% do PIB para a água e o saneamento. Lidar com a desigualdade exigirá um compromisso com estratégias de financiamento, incluindo transferências fiscais, subsídios cruzados e outras medidas, que ofereçam às pessoas carenciadas água e saneamento a preços acessíveis. As estratégias nacionais deveriam englobar indicadores de referência para uma maior equidade, incluindo:
 - *Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.* Complementar a meta de 2015 de reduzir a metade a proporção de pessoas sem acesso a água e saneamento com políticas para reduzir a metade a discrepância nos rácios de cobertura entre ricos e pobres.
 - *Documentos de estratégia para a redução da pobreza.* Fazer da água e do saneamento prioridades fundamentais, com metas e objectivos claros ligados a medidas de financiamento de médio prazo.
 - *Fornecedores de água.* Assegurar que os prestadores de serviços, públicos e privados, em conjunto com os organismos municipais, incluem indicadores de referência claros relativamente à equidade, com penalidades associadas ao incumprimento.
 - *Apoio a planos nacionais através da ajuda internacional.* Para muitos dos países mais pobres a ajuda ao desenvolvimento é essencial. O progresso na água e no saneamento exige

substanciais investimentos iniciais com longos períodos de reembolso. As restrições às receitas governamentais limitam a capacidade de financiamento de muitos dos países mais pobres, ao passo que o potencial de recuperação de custos é limitado por elevados níveis de pobreza. A maioria dos doadores reconhece a importância da água e do saneamento. No entanto, a ajuda ao desenvolvimento diminuiu em termos reais ao longo da última década e poucos doadores encaram o sector como uma prioridade: o sector representa agora menos de 5% da ajuda ao desenvolvimento. Os fluxos de ajuda devem ser praticamente duplicados para que os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio estejam ao alcance, com um crescimento de 3,6 a 4 mil milhões de dólares por ano. São essenciais estratégias de financiamento inovadoras, como as que são preconizadas no quadro do Mecanismo de Financiamento Internacional, para oferecer actualmente o financiamento inicial para prevenir a iminente discrepância face à meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio. Os doadores devem agir em apoio de estratégias detidas e lideradas nacionalmente, oferecendo um apoio previsível e a longo prazo. Existe também raio de acção para apoiar os esforços dos governos locais e dos serviços de abastecimento municipais para angariar financiamento a partir dos mercados de capitais locais.

- *Desenvolvimento de um plano de acção global.* Os esforços internacionais para acelerar o progresso na água e no saneamento têm-se mostrado fragmentados e ineficazes, com um excesso de conferências de alto nível e uma ausência crónica de acção prática. Em contraste com a força da resposta internacional ao VIH/SIDA e à educação, a água e o saneamento não têm figurado em posição proeminente na agenda global do desenvolvimento. Tendo-se comprometido com um plano de acção global há dois anos, os países do Grupo dos Oito não estabeleceram a água e o saneamento como prioridade. O desenvolvimento de um plano de acção global para mobilizar financiamento à ajuda, apoiar os governos dos países em desenvolvimento para tirarem partido dos mercados de capitais locais e aumentar a criação de capacidade poderia funcionar como um núcleo central para a defesa pública e os esforços políticos na água e no saneamento.

Fornecer água para a vida

«O direito humano à água», declara o Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais da ONU, «habilita cada pessoa a água suficiente, segura, aceitável, fisicamente acessível e a um bom preço para uso pessoal e doméstico». Estes cinco atributos básicos representam os pilares da segurança da água. No entanto, são violados em larga escala.

Por que razão as pessoas carenciadas têm um menor acesso a água potável e pagam mais por ela? Nas áreas urbanas, a fonte de água mais barata e mais fiável é habitualmente o serviço de abastecimento que mantém a rede. As famílias carenciadas têm menor probabilidade de estarem ligadas à rede — e maior probabilidade de receber água de uma série de fontes não tratadas. Em Dar es Salam, na Tanzânia, ou em Uagadugu, no Burquina Faso, menos de 30% dos lares têm ligação a um serviço de abastecimento.

Quando os lares não têm ligação, as suas opções são limitadas. Ou recolhem água de fontes não tratadas ou de uma fonte pública, ou compram água a uma série de intermediários, incluindo operadores de fontanários, vendedores ambulantes de água e operadores de camiões-cisterna. O debate sobre a privatização da água tem ignorado o facto de que a grande maioria das pessoas carenciadas está já a comprar a sua água em mercados privados. Estes mercados fornecem água de variada qualidade a preços elevados.

Preços elevados para as pessoas carenciadas

A distância do serviço de abastecimento público inflaciona os preços. Como a água passa por vários intermediários e cada um acrescenta custos de transporte e de comercialização, os preços são progressivamente elevados. As pessoas carenciadas que vivem em bairros degradados pagam frequentemente 5 a 10 vezes mais por litro de água do que as pessoas abastadas que vivem na mesma cidade.

As políticas de preço dos serviços de abastecimento público agravam o problema. A maioria dos serviços de abastecimento implementa agora tarifas por escalão progressivamente crescentes. O objectivo é aliar a equidade à eficiência através da elevação do preço em consonância com o volume de água utilizado. Na prática, acabam frequentemente por aprisionar as famílias mais carenciadas nos escalões mais altos. A razão: os intermediários que servem as famílias carencia-

As pessoas carenciadas têm um menor acesso a água potável e pagam mais por ela

O critério para avaliar a política não deve ser público nem privado, mas de desempenho ou de mau desempenho relativamente às pessoas carenciadas

das compram água a granel à taxa mais elevada. Em Dacar as famílias carenciadas que recorrem a fontes públicas pagam mais de três vezes o preço cobrado às famílias ligadas ao serviço de abastecimento.

Se os preços dos serviços de abastecimento público são bastante mais baixos, por que razão os lares carenciados não se ligam ao serviço? Frequentemente porque não têm meios de pagar a taxa de ligação: mesmo nos países mais pobres, esta taxa pode ultrapassar os 100 dólares. Em Manila, o custo de ligação ao serviço de abastecimento representa cerca de três meses de rendimentos dos 20% de famílias mais pobres, elevando-se a seis meses no Quénia urbano. A localização é outro obstáculo à ligação. Em muitas cidades, os serviços de abastecimento público recusam-se a efectuar a ligação em lares sem títulos de propriedade formais, excluindo assim algumas das famílias mais carenciadas.

As famílias rurais enfrentam outro tipo de problemas. Como vivem longe das redes formais, as comunidades rurais costumam gerir os seus próprios sistemas de água, embora os organismos governamentais estejam envolvidos na prestação do serviço. A maioria destes organismos tem funcionado através de um modelo de «comando e controlo», fornecendo frequentemente tecnologias inadequadas a localizações inadequadas praticamente sem qualquer consulta. O resultado tem sido uma combinação de subfinanciamento e de baixa cobertura, cabendo às mulheres das zonas rurais suportar o custo através da recolha de água em fontes distantes.

O papel crucial dos fornecedores públicos

Nos últimos anos, o debate internacional sobre o direito humano à água tem sido dominado por discussões acaloradas sobre os papéis específicos dos sectores privado e público. Foram levantadas questões importantes, mas o diálogo tem gerado mais entusiasmo do que luz.

Alguns programas de privatização têm gerado resultados positivos. Mas os progressos, de uma maneira geral, não são encorajadores. Da Argentina à Bolívia, das Filipinas aos Estados Unidos, a convicção de que o sector privado constitui a panaceia para libertar a equidade e eficiência necessárias para acelerar o progresso em direcção à água para todos mostrou-se errada. Se estes fracassos passados relativos às concessões de água não oferecem provas de que o sector privado não tem qualquer papel a desempenhar, apontam efectivamente para a necessidade de uma maior cautela, regulação e compromisso com a equidade nas parcerias público-privadas.

Dois aspectos específicos do fornecimento de água em países com taxas de cobertura baixas contrariam a deposição de uma confiança indevida no sector privado. Em primeiro lugar, o sector da água possui muitas das características de um monopólio natural. À falta de uma forte capacidade reguladora para proteger o interesse público através das regras de fixação de preços e de investimento, subsistem perigos de abuso de monopólio. Em segundo lugar, em países com elevados níveis de pobreza entre as populações sem serviço, o financiamento público é fundamental para ampliar o acesso, independentemente do facto do fornecedor ser público ou privado.

O debate sobre a privatização desviou algumas vezes a atenção da questão mais urgente da reforma dos serviços públicos de abastecimento. Os fornecedores públicos dominam o abastecimento de água, respondendo por mais de 90% da água fornecida através de redes de abastecimento nos países em desenvolvimento. Muitos serviços de abastecimento de propriedade estatal não chegam às pessoas carenciadas, numa combinação de ineficiência e desresponsabilização na gestão com desigualdade no financiamento e na fixação de preços. Mas alguns serviços públicos de abastecimento — Porto Alegre, no Brasil, é um exemplo notável — conseguiram tornar a água acessível a todos e a bom preço.

Existem agora algumas oportunidades reais de aprender com os fracassos e construir com base nos sucessos. O critério para avaliar a política não deve ser público nem privado, mas de desempenho ou de mau desempenho relativamente às pessoas carenciadas.

Alguns países registaram um progresso rápido no fornecimento de água. Da Colômbia ao Senegal e à África do Sul, foram desenvolvidas estratégias inovadoras para alargar o acesso às famílias carenciadas das áreas urbanas. Apesar das populações rurais continuarem globalmente atrasadas face às populações urbanas, países tão diferentes como Marrocos e o Uganda conseguiram crescimentos rápidos na cobertura. Quais são as chaves para o sucesso?

A liderança política e objectivos realistas fazem a diferença

Como é sublinhado ao longo deste Relatório, não existem soluções prontas a usar. As políticas que produzem resultados positivos para as pessoas carenciadas num determinado cenário podem fracassar noutra. No entanto, algumas lições gerais podem ser retiradas de histórias de sucesso. A primeira, e talvez a mais relevante, é que a liderança política é importante. A segunda é que o progresso depende

do estabelecimento de metas realistas nos planos nacionais, apoiados por financiamento e estratégias para superar a desigualdade.

O que não significa conferir um apoio inócuo a subsídios generalizados. Subsídios bem concebidos no Chile, na Colômbia e na África do Sul chegam efectivamente às pessoas carenciadas e fazem de facto a diferença. Mas, em muitos casos, subsídios ostensivamente projectados para aumentar a equidade na fixação de preços dos serviços de abastecimento oferecem vastas transferências aos mais abastados, com poucos benefícios para as famílias carenciadas que não estão ligadas aos serviços de abastecimento. De igual modo, em grande parte da África Subsariana, são as famílias de maior rendimento com ligações aos serviços de abastecimento que mais beneficiam da água comercializada a preços bastante mais baixos do que o nível necessário para cobrir as operações e os custos de manutenção.

A regulação e a recuperação sustentável de custos são fundamentais para a equidade e a eficiência

Como as redes de água são monopólios naturais, a regulação deve assegurar que os fornecedores cumpram as normas de eficiência e equidade — que protejam, efectivamente, os interesses do consumidor. Tem sido difícil estabelecer órgãos reguladores fortes e independentes em muitos países em desenvolvimento, o que conduz a interferências políticas e a desresponsabilização. Mas os esforços para criar regulação através do diálogo entre os serviços de abastecimento e os cidadãos geraram alguns avanços de peso — como aconteceu em Hyderabad, na Índia.

De uma forma mais genérica, é importante que os governos alarguem a esfera da regulação dos fornecedores de redes formais aos mercados paralelos a que as pessoas carenciadas recorrem. Regular não significa restringir as actividades dos fornecedores que servem as pessoas carenciadas. Significa antes trabalhar com estes fornecedores para assegurar a adesão a regras de fixação de preços equitativos e de qualidade da água.

Qualquer programa de reforma deve integrar uma recuperação de custos sustentável e equitativa. Em muitos casos, existem bases sólidas para elevar os preços da água para níveis mais realistas e para melhorar a eficiência da gestão da água: em muitos países as perdas de água são demasiado elevadas e a angariação de receitas demasiado baixa para financiar um sistema viável.

A definição de sustentável e de equitativo varia de país para país. Em muitos países de baixos rendimentos, o raio de acção para a recuperação de custos é limitado pela pobreza e por baixos rendimentos

médios. Uma despesa pública apoiada pela ajuda é fundamental. Os países de rendimentos médios têm um maior raio de acção para uma recuperação de custos equitativa caso os governos implementem mecanismos que limitem a carga financeira suportada pelas famílias carenciadas.

Os países de rendimentos médios e alguns de rendimentos baixos detêm também potencial para tirar maior partido dos mercados de capitais locais. Esta é uma área em que o apoio internacional pode fazer a diferença através de garantias de crédito e outros mecanismos que reduzem as taxas de juro e as percepções de risco por parte do mercado.

Com base na estrutura de planeamento nacional e global descrita no Capítulo 1, entre as estratégias nucleares para ultrapassar as desigualdades nacionais no acesso à água contam-se:

- Estabelecer metas claras para a diminuição da desigualdade enquanto parte integrante da estratégia nacional de redução da pobreza e do sistema de notificação do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio, incluindo a redução a metade das disparidades de cobertura entre ricos e pobres.
- Estabelecer tarifas subsidiadas que ofereçam água suficiente para as necessidades básicas gratuitas ou a taxas acessíveis, tal como na África do Sul.
- Assegurar que nenhuma família tenha de depender mais de 3% do seu rendimento para satisfazer as suas necessidades de água.
- Orientar os subsídios das ligações e da utilização de água para as famílias carenciadas, tal como se fez no Chile e na Colômbia.
- Aumentar os investimentos no fornecimento de fontes públicas como estratégia transitória para disponibilizar água potável e a preços acessíveis às pessoas carenciadas.
- Promulgar legislação que legitime as pessoas a obrigarem os fornecedores a prestarem contas.
- Incorporar nos contratos de parceria público-privados indicadores de referência claros relativos à equidade na extensão do acesso a bom preço às famílias carenciadas.
- Desenvolver sistemas de regulação que sejam eficazes e politicamente independentes, cujo alcance não se limite à rede de abastecimento público mas que abranja os fornecedores paralelos.

Colmatar o enorme défice de saneamento

«Os esgotos são a consciência da cidade», escreveu Victor Hugo em *Os Miseráveis*. Ele descrevia a Paris do século XIX, mas o estado do saneamento continua a ser um poderoso indicador do estado do desenvolvimento humano em qualquer comunidade.

O progresso depende do estabelecimento de metas realistas nos planos nacionais, apoiados por financiamento e estratégias para superar a desigualdade

Mais ainda do que a água, o saneamento ressentido-se de uma combinação de fragmentação institucional, fraco planeamento nacional e baixo estatuto político

Quase metade do mundo em desenvolvimento não tem acesso a saneamento. São ainda mais as pessoas que não têm acesso a um saneamento de boa qualidade. Este défice encontra-se amplamente disseminado. As taxas de cobertura são escandalosamente baixas em muitos dos países mais pobres do mundo: o acesso está disponível apenas a 1 em cada 3 pessoas, aproximadamente, na África Subsariana e no Sul da Ásia — na Etiópia este valor diminui para 1 em cada 7. E as taxas de cobertura não dão conta da dimensão real do problema, especialmente em países de rendimentos mais elevados. Em Jacarta e Manila, os velhos sistemas de esgotos foram esmagados por uma rápida urbanização e um subinvestimento crónico, conduzindo à rápida disseminação de latrinas com fossa. Estas latrinas contaminam agora a água subterrânea e desaguam nos rios, poluindo as fontes de água e colocando em perigo a saúde pública.

O acesso ao saneamento oferece benefícios a vários níveis. Estudos conduzidos em vários países demonstram que o método de eliminação de excrementos é um dos determinantes mais fortes da sobrevivência infantil: a transição do saneamento não tratado para o melhorado reduz a mortalidade infantil geral em cerca de um terço. Um saneamento melhorado proporciona também vantagens à saúde pública, aos meios de subsistência e à dignidade — vantagens que, das famílias, se estendem a comunidades inteiras. As instalações sanitárias podem parecer um catalisador improvável do progresso humano — mas as evidências são esmagadoras.

Por que razão o défice é tão vasto

Se o saneamento é tão fundamental para o progresso económico e social, por que razão o défice é tão vasto — e por que razão se encontra o mundo tão longe de atingir a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio? Há muitos factores em jogo.

O primeiro é a liderança política ou, melhor, a sua ausência. As políticas públicas de saneamento são tão relevantes para o estado de uma nação como a gestão económica, a defesa ou o comércio e, no entanto, o saneamento é uma prioridade de segunda ou terceira ordem. Mais ainda do que a água, o saneamento ressentido-se de uma combinação de fragmentação institucional, fraco planeamento nacional e baixo estatuto político.

A pobreza é outro obstáculo ao progresso: as famílias mais carenciadas não dispõem frequentemente de meios financeiros para adquirir instalações sanitárias. Mas outros factores limitam igualmente o progresso, incluindo a procura doméstica e a desigualdade de géneros. As mulheres tendem a dar mais importância ao saneamento do que os homens, mas as prioridades femininas têm menos peso no orçamento familiar.

De que forma as parcerias entre a comunidade e o governo podem ajudar

A assustadora escala do défice de saneamento e o lento progresso realizado para colmatá-lo são encarados por alguns como provas de que a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio é agora irrealista. Esta preocupação é justificada, mas a conclusão é falaciosa. Existem muitos exemplos de progresso rápido no saneamento, alguns dinamizados a partir de baixo, pelas comunidades locais, e outros liderados pelos governos:

- Na Índia e no Paquistão, as associações de moradores de bairros degradados colaboraram para proporcionar saneamento a milhões de pessoas, recorrendo ao poder das comunidades para mobilizar recursos. A Federação Nacional de Moradores de Bairros Degradados, na Índia, e o Projecto-Piloto de Orangi, no Paquistão, entre muitas outras organizações comunitárias, demonstraram o que é possível fazer através de acções práticas.
- A Campanha para o Saneamento Total, no Bangladesh, começou por ser um projecto comunitário que aumentou de escala e se converteu num programa nacional que está a alcançar rápidos incrementos no acesso ao saneamento. O Camboja, a China, a Índia e a Zâmbia também o adoptaram.
- Programas governamentais na Colômbia, no Lesoto, em Marrocos e na Tailândia expandiram o acesso ao saneamento em todos os escalões de rendimentos. Bengala Ocidental, na Índia, também alcançou progressos extraordinários.
- No Brasil, o «sistema condominial de esgotos» reduziu custos e levou o saneamento a milhões de pessoas — e está agora a ser adoptado por outros países.

Cada uma destas histórias de sucesso tem raízes diferentes. Foram desenvolvidas políticas públicas amplamente divergentes para responder aos problemas locais. Mas em cada um dos casos a tónica foi colocada no desenvolvimento da procura pelo saneamento e não na aplicação de modelos de fornecimento do lado da oferta, emanando do topo para a base. A iniciativa e o envolvimento da comunidade foram fundamentais. Mas igualmente fundamental foi a interacção entre os organismos governamentais e as comunidades locais.

Soluções locais para problemas locais podem constituir o ponto de partida para a mudança. Mas cabe aos governos criarem as condições para solucionar problemas nacionais através da mobilização de financiamento e da criação de condições para que os mercados possam oferecer tecnologias apropriadas a um preço acessível. As

iniciativas lideradas pela comunidade são importantes — fundamentais, até. No entanto, não se substituem à acção governamental. E o financiamento privado pelas famílias carenciadas não se substitui ao financiamento público e à prestação de serviços.

Superar o estigma dos detritos humanos

Uma das lições mais importantes das histórias de sucesso do saneamento é que um progresso rápido é possível. Com o apoio dos doadores de ajuda, até os países mais pobres têm capacidade para mobilizar recursos para alcançar a mudança. Talvez o maior obstáculo possa ser resumido a uma única palavra: estigma.

Verificam-se alguns paralelos desconfortáveis entre o saneamento e o VIH/SIDA. Até muito recentemente, os tabus culturais e sociais que rodeavam o VIH/SIDA impediam o desenvolvimento de respostas nacionais e internacionais eficazes, com um enorme custo humano. Este tabu tem estado a enfraquecer, em parte devido à escala da destruição — mas também porque o VIH/SIDA afecta todos os membros da sociedade ignorando distinções baseadas na riqueza.

No saneamento, o tabu persiste em manter-se intacto. Isto ajuda a explicar porque é que a questão não é alvo de uma liderança política de alto nível e raramente figura em campanhas eleitorais ou no debate público. Uma das razões pelas quais o estigma tem levado tanto tempo a dissipar-se é porque a crise do saneamento, ao contrário da crise do VIH/SIDA, é mais discriminatória: é, na sua esmagadora maioria, uma crise dos pobres, não dos ricos. Lidar com a crise exigirá uma maior consciencialização da escala dos custos gerados pelo défice de saneamento, bem como um reconhecimento mais generalizado de que o saneamento é um direito básico.

Entre os principais desafios políticos do saneamento, encontram-se:

- Desenvolver instituições políticas nacionais e locais que reflectam a importância do saneamento para o progresso social e económico.
- Tirar partido de iniciativas ao nível comunitário através de intervenções governamentais destinadas a disseminar as melhores práticas.
- Investir em abordagens lideradas pela procura através das quais os prestadores de serviços respondam às necessidades das comunidades, dando voz às mulheres no ordenamento de prioridades.

- Alargar o apoio financeiro às famílias mais carenciadas de modo a garantir que o saneamento seja uma opção a preços acessíveis.

Gerir a escassez, o risco e a vulnerabilidade da água

Nestes primeiros anos do século XXI, os debates em torno da água reflectem um diagnóstico malthusiano do problema. Têm sido avançados alertas inquietantes apontando para a «aritmética sombria» do crescimento populacional e da diminuição da disponibilidade de água. Estará o mundo a esgotar a sua água?

De modo nenhum. Mas a insegurança da água representa efectivamente uma ameaça ao desenvolvimento humano para uma vasta parcela, e crescente, da humanidade. A competição, o stress ambiental e a imprevisibilidade do acesso à água enquanto recurso produtivo constituem poderosos catalisadores da insegurança da água para uma vasta parcela da população global.

Do ponto de vista global, existe água mais do que suficiente para todos e para satisfazer todas as necessidades da humanidade. Então por que razão a escassez da água constitui um problema? Em parte porque a água, tal como a riqueza, encontra-se desigualmente distribuída entre os países e no interior dos mesmos. Qual a vantagem para os países do Médio Oriente que sofrem de pressão sobre os recursos hídricos que o Brasil e o Canadá disponham de mais água do que alguma vez virão a usar? De igual modo, as áreas sujeitas à seca no Nordeste do Brasil em nada são ajudadas pelo facto da disponibilidade média de água do país ser uma das mais elevadas do mundo. Outro problema é que o acesso à água enquanto recurso produtivo exige o acesso a infra-estrutura, também este alvo de distorções entre países e no interior dos mesmos.

Medido com base em indicadores convencionais, a pressão sobre os recursos hídricos está a aumentar. Hoje, cerca de 700 milhões de pessoas em 43 países vivem abaixo do limiar da pressão sobre os recursos hídricos de 1.700 metros cúbicos por pessoa — uma linha divisória assumidamente arbitrária. Em 2025, aquele número elevar-se-á a 3 mil milhões de pessoas, à medida que a pressão sobre os recursos hídricos se intensificar na China, Índia e na África Subsariana. Baseando-se em médias nacionais, esta previsão não dá conta da real dimensão do problema actual. Os 538 milhões de pessoas do Norte da China vivem já numa região intensamente afectada pela pressão sobre os recursos hídricos. Globalmente, cerca de 1,4 mil

As iniciativas lideradas pela comunidade são importantes, mas não se substituem à acção governamental — e o financiamento privado pelas famílias carenciadas não se substitui ao financiamento público e à prestação de serviços

A escassez foi induzida por fracassos políticos — no que respeita à gestão da água, o mundo tem-se entregue a uma actividade que mais se assemelha a uma «orgia» de despesa irresponsável e insustentável, financiada pelo crédito

milhões de pessoas vivem em zonas de bacias fluviais onde a utilização da água ultrapassa os níveis sustentáveis.

A pressão sobre os recursos hídricos reflecte-se no stress ecológico. Os sistemas fluviais que já não conseguem atingir o mar, a contracção dos lagos e a descida dos lençóis freáticos são alguns dos sintomas mais visíveis da utilização abusiva de água. O declínio dos sistemas fluviais — do rio Colorado, nos Estados Unidos, ao rio Amarelo, na China — é um resultado altamente visível da utilização abusiva. Menos visível, mas não menos prejudicial ao desenvolvimento humano, é o rápido esgotamento da água subterrânea no Sul da Ásia. Nalgumas zonas da Índia, os lençóis freáticos estão a cair mais de 1 metro por ano, pondo em risco a produção agrícola futura.

Estes são os verdadeiros sinais de escassez, mas a escassez foi induzida por fracassos das políticas. No que respeita à gestão da água, o mundo tem-se entregue a uma actividade que mais se assemelha a uma «orgia» de despesa irresponsável e insustentável, financiada pelo crédito. Muito simplesmente, os países têm usado muito mais água do que dispõem, tal como definido pela taxa de renovação. Resultado: uma vasta dívida ecológica baseada na água que será transferida às gerações futuras. Esta dívida levanta questões importantes sobre os sistemas de contabilidade nacionais que fracassam na medição do esgotamento de um capital natural escasso e precioso — e suscita questões importantes sobre a equidade transgeracional. A subcotação (ou custo zero em alguns casos) apoiou a utilização abusiva: se os mercados fornecessem automóveis Porsche a baixo preço, estes também se tornaram escassos.

Os futuros cenários de utilização de água constituem motivo de séria preocupação. Ao longo de quase um século, a utilização de água tem crescido quase duas vezes mais rapidamente do que a população. Esta tendência é para continuar. A agricultura de regadio continuará a ser a maior utilizadora de água — responde actualmente por mais de 80% da utilização nos países em desenvolvimento. Mas as exigências da indústria e dos utilizadores urbanos estão a crescer rapidamente. Do momento actual até 2050, a água do mundo terá de sustentar os sistemas agrícolas que alimentarão e constituirão o meio de subsistência de mais 2,7 mil milhões de pessoas. Entretanto, a indústria, e não a agricultura, será responsável pela maior parte do aumento previsto na utilização de água até 2025.

Aumentar a oferta

No passado, os governos respondiam à pressão sobre os recursos hídricos procurando aumentar a oferta. Programas de desvio de rios

de grande escala na China e na Índia atestam o apelo continuado desta abordagem. Outras opções do lado da oferta também cresceram em importância. A dessalinização da água do mar está a ganhar terreno, embora os elevados custos energéticos que lhe estão associados tornem esta opção mais adequada para países mais ricos e cidades costeiras. As importações de «água virtual» — água utilizada na produção de produtos alimentares importados — constituem outra opção. No entanto, também aqui, se verificam opções limitadas para os países de baixos rendimentos com vastos défices de alimentação, além de ameaças à segurança alimentar ligadas a uma potencial perda de autonomia.

Atenuar a procura

É provável que as políticas do lado da procura sejam mais eficazes. O aumento do rácio de «colheitas por gota» (produzir mais com menos água) através de novas tecnologias orientadas para o crescimento da produtividade tem o potencial de reduzir a pressão sobre os sistemas hídricos. De uma forma mais genérica, as políticas de fixação de preços da água devem reflectir melhor o valor da escassez da água. A remoção atempada de subsídios perversos que encorajam a utilização abusiva constituiria um passo decisivo na direcção certa para países como a Índia e o México, que criaram inadvertidamente incentivos ao esgotamento das águas subterrâneas através de subsídios à electricidade conferidos às grandes explorações agrícolas. Com efeito, os governos têm estado a subsidiar o esgotamento de um recurso natural precioso, transferindo os custos para o ambiente — e para as gerações futuras.

Gerir a incerteza

Muitos governos do mundo em desenvolvimento enfrentam agora a necessidade de gerir severos ajustamentos na água. O realinhamento da oferta com a procura no seio das fronteiras da sustentabilidade ecológica e da disponibilidade de água — um objectivo central nas novas estratégias de gestão integrada de recursos hídricos — tem o potencial de criar simultaneamente vencedores e perdedores. E existem cenários mutuamente benéficos. Mas o perigo reside na possibilidade de que os interesses das pessoas carenciadas sejam ignorados pela proclamação das reivindicações dos grandes produtores agrícolas e da indústria — eleitorados de peso com uma forte voz política. A água é poder em mui-

tas sociedades — e as desigualdades no poder podem induzir fortes desigualdades no acesso à água.

A infra-estrutura da água é fundamental para reduzir a imprevisibilidade e mitigar o risco. Globalmente, as desigualdades no acesso à infra-estrutura são bastantes vastas. Refletem-se em indicadores simples relativos à capacidade de armazenamento de água: os Estados Unidos armazenam cerca de 6.000 metros cúbicos de água por pessoa e a Etiópia, 43. No entanto, até os países ricos estão expostos a rupturas relacionadas com a água como se comprovou pelo impacto do furacão Katrina em Nova Orleães. Mas os riscos têm maior peso nos países pobres.

As secas e as cheias, formas extremas da insegurança da água, têm consequências devastadoras para o desenvolvimento humano. Em 2005, mais de 20 milhões de pessoas no Corno de África foram afectadas pela seca. Entretanto, as secas que assolaram Moçambique reduziram, calcula-se, o seu RNB em cerca de 20%. A inconstância do regime pluviométrico e as mudanças extremas dos fluxos de água podem destruir activos, enfraquecer os meios de subsistência e reduzir o potencial de crescimento de economias inteiras: a inconstância reduz o potencial de crescimento da Etiópia em cerca de um terço, de acordo com o Banco Mundial. Sociedades inteiras são afectadas. Mas são as pessoas carenciadas que mais sofrem os efeitos das catástrofes relacionadas com a água.

Lidar com as alterações climáticas

As alterações climáticas estão a transformar a natureza da insegurança global da água. Apesar da ameaça que o aumento da temperatura representa se encontrar agora solidamente instituída na agenda internacional, pouca atenção tem sido prestada às implicações para os produtores agrícolas vulneráveis dos países em desenvolvimento. A Convenção-Quadro sobre Alterações Climáticas adoptada em 1992 deu o seguinte alerta aos governos: «onde existem riscos de danos sérios e irreversíveis, uma ausência de uma total certeza científica não deve constituir justificação para o protelamento da acção». Poucos alertas foram ignorados de forma mais perigosa.

O aquecimento global transformará os padrões hidrológicos que determinam a disponibilidade da água. Os exercícios de modelação apontam para resultados complexos desencadeados pelos microclimas. Mas o peso esmagador das evidências pode ser resumido numa simples

formulação: muitas das zonas do mundo mais sujeitas à pressão sobre os recursos hídricos receberão menos água e os fluxos de água tornar-se-ão menos previsíveis e mais dependentes de acontecimentos adversos. Entre os resultados previstos, contam-se:

- Acentuadas reduções na disponibilidade de água na África Oriental, no Sahel e no Sul de África devido ao declínio do regime pluviométrico e à subida da temperatura, com fortes perdas de produtividade nos produtos alimentares básicos. As previsões relativas às áreas de sequeiro na África Oriental apontam para potenciais perdas de produtividade que podem chegar aos 33% no milho e a mais de 20% no sorgo e de 18% no milho-miúdo.
- A ruptura dos sistemas de produção alimentar, expondo uma proporção suplementar de 75 a 125 milhões de pessoas à ameaça da fome.
- O acelerado degelo dos glaciares, conduzindo a reduções a médio prazo na disponibilidade de água num vasto grupo de países da Ásia Oriental, da América Latina e da Ásia do Sul.
- Rupturas nos padrões das monções no Sul da Ásia, com o potencial de aumento de precipitação mas também de menos dias chuvosos e de mais pessoas afectadas pela seca.
- Subidas crescentes do nível do mar, resultando em perdas de água doce em sistemas de deltas de rios em países como o Bangladesh, o Egipto e a Tailândia.

A resposta internacional à ameaça da segurança da água colocada pelas alterações climáticas tem sido inadequada. Os esforços multilaterais têm-se concentrado na mitigação de futuras alterações climáticas. Estes esforços são fundamentais — e a negociação de reduções mais acentuadas das emissões de carbono após a expiração do actual Protocolo de Quioto, em 2012, é uma prioridade. Restringir o futuro aquecimento global a um aumento não superior a 2 graus centígrados relativamente a níveis pré-industriais deve constituir uma prioridade. Alcançar essa meta exigirá importantes ajustamentos nas políticas de energia quer de países industrializados, quer em desenvolvimento, apoiados pelo financiamento à transferência de tecnologias limpas.

Mais adaptação — não apenas mitigação

Mesmo através da redução drástica das emissões de carbono, as emissões feitas no passado significam que o mundo tem que viver actualmente

As alterações climáticas estão a transformar a natureza da insegurança global da água

A ajuda internacional à adaptação deveria constituir um marco da estrutura multilateral responsável pela resposta às alterações climáticas

com alterações climáticas perigosas. As alterações climáticas não constituem uma ameaça futura, mas uma realidade a que os países e as pessoas têm de se adaptar. Em nenhuma outra área o desafio do desenvolvimento de estratégias de adaptação eficazes se revela mais urgente do que na agricultura de sequeiro, onde os meios de subsistência de milhões das pessoas mais carenciadas do mundo se tornarão mais precários devido à inconstância dos padrões do regime pluviométrico e, nalguns casos, à diminuição da disponibilidade de água.

A ajuda internacional à adaptação deveria constituir um marco da estrutura multilateral responsável pela resposta às alterações climáticas. No entanto, as transferências de ajuda têm-se mostrado desastrosamente inadequadas. O Fundo de Adaptação associado ao Protocolo de Quioto mobilizará apenas cerca de 20 milhões de dólares até 2012, com base em previsões correntes, ao passo que o Fundo Global para o Ambiente — o principal mecanismo multilateral para a adaptação — atribuiu 50 milhões de dólares ao apoio de actividades de adaptação entre 2005 e 2007.

Para além da estrutura multilateral, um declínio na ajuda ao desenvolvimento à agricultura limitou o financiamento disponível à adaptação. A ajuda diminuiu rapidamente tanto em termos absolutos como relativos ao longo da última década. Considerando os países em desenvolvimento no seu conjunto, a ajuda à agricultura caiu em termos reais de 4,9 mil milhões de dólares por ano para 3,2 mil milhões, ou de 12% para 3,5% da ajuda total desde o início dos anos 90. Todas as regiões foram afectadas. A ajuda à agricultura na África Subsariana encontra-se agora justamente abaixo dos mil milhões de dólares, menos de metade do nível de 1990. Reverter estas tendências será fundamental para uma adaptação bem sucedida.

O caminho a seguir

Os países enfrentam desafios bastante diferentes na gestão da água. Mas há alguns temas genéricos que emergem — em conjunto com alguns requisitos genéricos para a elaboração de estratégias bem sucedidas. Entre os mais importantes, contam-se:

- Desenvolver estratégias de gestão integradas de recursos hídricos que estabeleçam níveis nacionais de utilização de água dentro dos limites da sustentabilidade ecológica e que ofereçam uma estrutura de planeamento coerente de todos os recursos hídricos.

- Colocar a equidade e os interesses das pessoas carenciadas no núcleo da gestão integrada de recursos hídricos.
- Fazer da gestão da água uma parte integrante das estratégias nacionais de redução da pobreza.
- Reconhecer o real valor da água através de políticas apropriadas de fixação de preços, procedimentos de contabilidade nacional revisados e remoção de subsídios perversos que encorajam a utilização abusiva.
- Ampliar o abastecimento de água de uma forma que seja favorável às pessoas carenciadas através do fornecimento de águas residuais seguras para utilização produtiva, separando resíduos industriais e domésticos, e da colaboração com os agricultores para reduzir os riscos para a saúde.
- Incrementar o investimento nacional e a ajuda internacional para o investimento em infra-estruturas hídricas, incluindo armazenamento e controlo de cheias.
- Recalibrar a resposta ao aquecimento global colocando uma maior ênfase em estratégias de adaptação nas políticas nacionais de gestão da água e nos esforços de ajuda.
- Triplicar a ajuda à agricultura até 2010, com o aumento dos fluxos anuais de 3 mil milhões de dólares para 10 mil milhões. Incluída neste montante global, a ajuda a África terá de passar de cerca de 900 milhões de dólares para aproximadamente 2,1 mil milhões por ano, tal como planeado para as actividades agrícolas no quadro do Programa Alargado de Desenvolvimento Agrícola para a África, da União Africana e da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África.

Gerir a competição pela água na agricultura

Há cem anos, William Mulholland, superintendente do Departamento de Água de Los Angeles, solucionou o problema de falta de água da cidade através de uma inovação brutalmente eficaz: uma apropriação de recursos hídricos. Através da transferência forçada de água utilizada por agricultores em Owens Valley, a mais de 300 quilómetros de distância, possibilitou que Los Angeles se tornasse numa das cidades de mais rápido crescimento dos Estados Unidos.

Os tempos mudaram. Actualmente, os californianos resolvem as suas disputas relativas à água nos tribunais. Mas em grande parte do mundo em desenvolvimento a competição pela água está a crescer a um nível alarmante,

suscitando conflitos intensos e, por vezes, violentos. O perigo é que o modelo de Mulholland ressurgirá sob uma nova indumentária, em que o poder, e não a preocupação pela pobreza e pelo desenvolvimento humano, ditará os resultados.

Os padrões da competição variam de país para país. Mas destacam-se duas grandes tendências. Em primeiro lugar, com o aumento da procura por água por parte dos centros urbanos e da indústria, quem perde é a agricultura — e continuará a perder. Em segundo lugar, no seio da agricultura, a competição pela água está a intensificar-se. Em ambas as frentes existe o perigo de que a agricultura, em geral, e as famílias carenciadas rurais, em particular, venham a sofrer com o ajustamento.

Tal resultado poderia acarretar graves implicações para os esforços globais de redução da pobreza. Apesar da rápida urbanização, a maioria das pessoas extremamente carenciadas do mundo ainda vivem em áreas rurais — e os pequenos agricultores e trabalhadores agrícolas representam o grosso da subnutrição global. Enquanto maior utilizadora individual de água na maioria dos países, a agricultura de regadio será sujeita a uma enorme pressão. Dado o papel destes sistemas no aumento da produtividade agrícola, na alimentação de uma população crescente e na redução da pobreza, tal representa um desafio de peso para o desenvolvimento humano.

A mediação através de estruturas económicas e políticas

Com o aumento da procura pelos recursos hídricos, é inevitável que se dê uma redistribuição entre utilizadores e sectores. Em qualquer processo de competição por recursos escassos, as reivindicações concorrentes são mediadas através de estruturas económicas e políticas e de sistemas de direitos e habilitações. À medida que a competição pela água se intensifica, o acesso futuro reflectirá cada vez mais a força das reivindicações de diferentes agentes. Os resultados para as pessoas mais carenciadas e vulneráveis da sociedade serão determinados pela forma como as instituições mediam e gerem reivindicações concorrentes — e pela possibilidade dos governos colocarem as preocupações de equidade no centro das políticas nacionais.

Equilibrar eficiência e equidade

Os processos de ajustamento já estão a ter lugar. As cidades e as indústrias estão a alargar o seu alcance hidrológico a áreas rurais, suscitando disputas e, ocasionalmente, protestos violentos.

Conflitos paralelos entre diferentes partes do mesmo país e diferentes utilizadores são cada vez mais patentes.

O desenvolvimento da negociação de direitos da água através de mercados privados é encarado por alguns como uma solução para equilibrar eficiência e a equidade nos ajustamentos à redistribuição de água. Habilitando os produtores agrícolas a vender água, segundo o argumento defendido, os governos podem criar condições para orientar um recurso escasso para saídas mais produtivas, simultaneamente compensando e gerando rendimentos para os agricultores.

Os mercados privados de água oferecem uma solução questionável para um problema generalizado. Mesmo nos Estados Unidos, onde estes se encontram enfraquecidos por regras e instituições altamente desenvolvidas, tem sido frequentemente difícil proteger os interesses das pessoas carenciadas. No Chile, a introdução de mercados privados de água nos anos 70 aumentou a eficiência mas conduziu a elevados níveis de desigualdade e a distorções de mercado causadas por concentrações de poder e informações imprecisas. Para os países em desenvolvimento com uma capacidade institucional mais fraca, existem limites distintos ao mercado.

Gerir alocações e licenciamento

Não se restringindo aos mercados de água, muitos governos procuram gerir as pressões do ajustamento através de alocações e licenças quantitativas. Esta abordagem promete melhores resultados. No entanto, mesmo aqui, os desequilíbrios de poder formais e informais frequentemente debilitam a posição das pessoas carenciadas. Em Java Ocidental, na Indonésia, as fábricas têxteis usurparam os direitos da água dos pequenos agricultores. E nas Filipinas os agricultores em sistemas de irrigação perderam para os utilizadores municipais. A ausência ou o incumprimento de regulações é outra ameaça de peso. Na Índia, a extracção não regulada de águas subterrâneas do rio Bhavani resultou em menos água e mais pobreza nos sistemas de irrigação.

Os direitos da água são fundamentais para a segurança humana nas áreas agrícolas. A repentina perda ou deterioração de direitos à água pode minar meios de subsistência, aumentar a vulnerabilidade e intensificar a pobreza em grande escala. Os direitos da água têm muito mais importância para as pessoas carenciadas do que para as abastadas por uma razão óbvia: as pessoas carenciadas não dispõem dos recursos

Os resultados para as pessoas mais carenciadas e vulneráveis da sociedade serão determinados pela forma como as instituições mediam e gerem reivindicações concorrentes — e pela possibilidade dos governos colocarem as preocupações de equidade no centro das políticas nacionais

Uma das lições retiradas das experiências de reforma da água é que é necessário dar muito mais importância à equidade

financeiros e da voz política para proteger os seus interesses fora de um sistema baseado em regras. Os direitos da água têm pouca importância se, na implementação, canalizarem as vantagens para os que detêm poder.

Equilibrar direitos formais e consuetudinários

A África Subsariana enfrenta desafios diferentes. Ali, os governos procuram, com o apoio dos doadores, expandir a fronteira da irrigação e estabelecer sistemas formais de direitos como suplemento — ou substituição — de direitos consuetudinários. O que representará isto para o desenvolvimento humano?

Os resultados dependerão das políticas públicas. A expansão da capacidade de irrigação é importante porque tem o potencial de elevar a produtividade e reduzir o risco. A região é esmagadoramente dependente da agricultura de sequeiro. Mas a infra-estrutura de irrigação é um recurso escasso e contestado. Evidências da região do Sahel, na África Ocidental, demonstram que os pequenos agricultores perdem frequentemente na competição pela irrigação para produtores comerciais de grande escala.

A gestão de direitos consuetudinários envolve outros problemas. Ao contrário do que alguns pensam, os direitos consuetudinários à água incorporam disposições pormenorizadas de gestão e utilização para a manutenção da sustentabilidade ecológica. Mas desfavorecem frequentemente as famílias mais carenciadas e as mulheres. A introdução de regras e leis formais não altera automaticamente a situação. No vale do rio Senegal, os detentores de direitos consuetudinários utilizaram o seu poder para manter a exclusão social da água. Entretanto, na Tanzânia, a introdução de direitos da água formais beneficiou os agricultores comerciais no rio Pangani em detrimento dos pequenos agricultores a jusante.

Prestar mais atenção à equidade

Uma das lições retiradas das experiências de reforma da água é que é necessário dar muito mais importância à equidade. Em contraste com a reforma da terra, por exemplo, as preocupações de distribuição não ocuparam um lugar proeminente na agenda da gestão integrada de recursos hídricos. Há algumas exceções — como na África do Sul — mas mesmo aqui mostrou-se difícil alcançar resultados redistributivos.

Os sistemas de irrigação encontram-se no cerne do ajustamento. A infra-estrutura de ir-

rigação tem importantes implicações para a pobreza. Estudos conduzidos em vários países sugerem que a prevalência da pobreza é geralmente 20% a 40% mais baixa nas redes de irrigação do que fora delas, mas com grandes variações. A irrigação parece ser um motor para a redução da pobreza muito mais poderoso nalguns países do que noutros. A desigualdade da terra é um factor de peso. Países altamente desiguais (Índia, Paquistão e Filipinas) classificam-se pior em eficiência e equidade do que países mais iguais (China e Vietname).

Esta revelação sugere que não existe, de forma intrínseca, qualquer contrapartida mútua entre o aumento da produtividade e a redução da pobreza na irrigação. Existe um considerável raio de acção para gerir as pressões do ajustamento na agricultura através de medidas que aumentem quer a eficiência, quer a equidade num círculo virtuoso mutuamente fortalecedor. A partilha de custos equitativa, os investimentos públicos favoráveis às pessoas carenciadas e a participação de produtores na gestão constituem a chave do sucesso da reforma.

Abordar desigualdades de género fortemente enraizadas

Uma verdadeira legitimação nos sistemas de irrigação exige medidas que abordem desigualdades de género fortemente enraizadas. As mulheres são duplamente desfavorecidas nos sistemas de irrigação. Sem direitos formais à terra em muitos países, elas são excluídas da gestão dos sistemas de irrigação. Simultaneamente, as desigualdades informais — incluindo a divisão doméstica do trabalho, normas relativas às mulheres falarem em público e outros factores — contribuem para que as mulheres não tenham voz na tomada de decisões.

A destruição destas estruturas tem-se mostrado difícil mesmo nos sistemas mais ambiciosos de transferência da autoridade da gestão dos organismos governamentais para os utilizadores. Em Andhra Pradesh, na Índia, os agricultores pobres têm agora uma voz muito mais forte na gestão — mas as agricultoras pobres mantêm-se em silêncio. No entanto, a mudança é possível. No Uganda, a legislação que obriga à representação feminina nas associações de consumidores de água está a fazer a diferença.

Alcançar as pessoas carenciadas

Relativamente ao futuro, um dos maiores desafios é o de garantir que as estratégias para aumentar a produtividade da água se estendam

às pessoas carenciadas. A tecnologia não tem uma posição neutra no que respeita aos seus efeitos distributivos — e o perigo é que os esforços para conseguir mais colheitas por gota dos recursos hídricos não alcancem as famílias carenciadas.

Não tem de ser assim. A implementação de programas de recolha de água em pequena escala na Índia em resposta à crise da água subterrânea demonstrou ter o potencial de gerar fortes retornos do investimento e, simultaneamente, de reduzir o risco e a vulnerabilidade. De igual modo, as tecnologias de microirrigação não têm de se destinar apenas aos grandes produtores de capital intensivo. Sistemas novos e inovadores e tecnologias de baixo custo para a irrigação gota a gota foram extensamente adoptados. Aqui, também, os retornos sociais e económicos são consideráveis. Estima-se que a extensão das tecnologias de irrigação de baixo custo a 100 milhões de pequenos agricultores poderia gerar resultados líquidos superiores a 100 mil milhões de dólares, com fortes efeitos multiplicadores na geração de rendimento e de emprego.

A forma como os governos dos países em desenvolvimento abordarem o desafio do equilíbrio entre os objectivos de equidade e de eficiência na gestão da água terá importantes implicações para o desenvolvimento humano. Colocar os interesses das pessoas carenciadas no centro das políticas de gestão integrada dos recursos hídricos é um princípio organizador. Mas este princípio tem de ser apoiado por políticas práticas favoráveis aos pobres.

Entre as mais importantes, contam-se:

- Reforçar os direitos da água e da terra das famílias carenciadas.
- Respeitar direitos consuetudinários e integrá-los nos sistemas formais legais.
- Melhorar a capacidade das pessoas carenciadas reivindicarem e defenderem direitos da água através da legitimação legal e de instituições responsáveis.
- Aumentar os investimentos nacionais na irrigação e reverter os cortes na ajuda ao sector da irrigação, com a duplicação da ajuda ao desenvolvimento para cerca de 4 mil milhões de dólares anuais nos próximos 20 anos.
- Ampliar a equidade no interior de sistemas de irrigação de forma a apoiar objectivos de redução da pobreza e de eficiência através de mecanismos sustentáveis e equitativos de partilha de custos.
- Descentralizar a gestão e o financiamento de sistemas de irrigação legitimando os utilizadores.

- Integrar o desenvolvimento da irrigação em programas de desenvolvimento rural de âmbito mais vasto de forma a que a agricultura seja mais rentável para os pequenos agricultores.
- Colocar a igualdade de género no direito à água no centro do desenvolvimento nacional e implementar políticas que dêem mais voz às mulheres nas decisões de gestão da água.
- Desenvolver políticas integradas de águas subterrâneas e de recolha de água que se estendam da infra-estrutura de pequena escala até à de grande escala.
- Promover o desenvolvimento, distribuição e adopção de tecnologias favoráveis aos pobres.

Gerir a água transfronteiriça para o desenvolvimento humano

A água é uma fonte de interdependência humana. Em qualquer país, a água é um recurso partilhado que serve múltiplas partes interessadas, do ambiente à agricultura, à indústria e aos lares. Mas a água é também o derradeiro recurso fugidivo. Cruza fronteiras nacionais, ligando utilizadores de diferentes países num sistema de interdependência hidrológica.

À medida que a competição pela água se intensifica no interior de países, as pressões resultantes serão disseminadas pelas fronteiras nacionais. Alguns comentadores receiam que a competição transfronteiriça venha a tornar-se numa fonte de conflito e de futuras guerras da água. Este receio é exagerado: a cooperação continua a ser o facto mais abrangente da vida do que o conflito. Porém, o potencial de tensões transfronteiriças e o conflito não podem ser ignorados. Se a maioria dos países detém mecanismos institucionais para a alocação de água e resolução de conflitos no interior do seu território, os mecanismos institucionais transfronteiriços são muito mais fracos. A interacção entre pressão sobre os recursos hídricos e instituições sem poder acarreta riscos reais de conflito.

Interdependência hidrológica

A interdependência hidrológica não é um conceito abstracto. Duas em cada cinco pessoas no mundo vivem em bacias hidrográficas internacionais partilhadas por mais que um país. Os rios internacionais constituem uma corrente que liga os países: 9 países partilham o Amazonas e 11 o Nilo, por exemplo. Os rios ligam também os meios de subsistência das pessoas. O Mekong,

O receio de que a competição transfronteiriça venha a tornar-se numa fonte de conflito e de futuras guerras da água é exagerado: a cooperação continua a ser o facto mais abrangente da vida do que o conflito

A gestão das águas transfronteiriças é um assunto da esfera do desenvolvimento humano: a cooperação pode reduzir o potencial de conflito e gerar benefícios através da melhoria da qualidade da água partilhada, desenvolvendo prosperidade e meios de subsistência mais seguros

um dos maiores sistemas fluviais do mundo, gera energia nos seus trechos superiores na China e sustenta a produção de arroz e os sistemas pesqueiros que apoiam a subsistência de mais de 60 milhões de pessoas nos trechos inferiores da sua bacia.

Com a interdependência hidrológica surge uma interdependência mais profunda. Enquanto recurso produtivo, a água é única na medida em que nunca pode ser gerida com vista a um único uso: ela flui entre sectores e utilizadores. Isto acontece no interior dos países e entre os mesmos. A forma com um país a montante utiliza um rio afecta inevitavelmente a quantidade, a regularidade e a qualidade de água disponível aos utilizadores a jusante. A mesma interdependência se aplica a aquíferos e lagos.

Por que razão a governação da água transfronteiriça é uma questão de desenvolvimento humano? Porque o fracasso nesta área pode produzir resultados que geram desigualdade, insustentabilidade ambiental e perdas sociais e económicas de âmbito mais vasto.

Os exemplos abundam. O Mar Aral, descrito por alguns como o pior desastre ecológico do mundo causado pelo Homem, é um caso extremo em evidência. Menos conhecidos são os prejuízos causados em sistemas de partilha de rios e de lagos pela utilização abusiva: a contracção do lago Chade na África Subsariana é um exemplo.

A gestão não equitativa da água pode aumentar as desigualdades e a insegurança da água. As pessoas que vivem nos Territórios Ocupados da Palestina, por exemplo, confrontam-se com uma acentuada escassez de água. O acesso limitado à água superficial é uma das razões. Mais importante é a partilha desigual entre Israel e a Palestina dos aquíferos situados abaixo da Margem Ocidental. A utilização média de água per capita pelos colonos israelitas da Margem Ocidental é cerca de nove vezes superior à dos palestinianos que partilham muitas das mesmas fontes de água.

Benefícios da cooperação para o desenvolvimento humano

A cooperação bem sucedida na gestão de águas partilhadas pode gerar benefícios para o desenvolvimento humano a diversos níveis. Para além de reduzir o potencial de conflito, a cooperação pode gerar benefícios através da melhoria da qualidade da água partilhada, desenvolvendo prosperidade e meios de subsistência mais seguros e abrindo caminho para uma cooperação mais alargada.

A experiência coloca em evidência quer os potenciais benefícios da cooperação, quer os cus-

tos da não cooperação. Os países da União Europeia melhoraram drasticamente a qualidade das águas fluviais através da cooperação, gerando ganhos para a indústria, para a saúde humana e para os utilizadores domésticos. No Sul de África, um programa conjunto de infra-estrutura está a produzir rendimentos para o Lesoto e água melhorada para a África do Sul. O Brasil e o Paraguai conseguiram benefícios decorrentes da gestão partilhada de rios através da geração de energia. Em contrapartida, os países da Ásia Central, estão a pagar um elevado preço pela não cooperação, com fortes perdas para a irrigação e para a energia hidroeléctrica.

Contrariamente às reivindicações dos pessimistas da guerra da água, os conflitos relacionados com a água têm sido a excepção e não a regra. Observando os últimos 50 anos, verificaram-se cerca de 37 casos de violência declarada entre Estados devido à água — e a maioria dos episódios envolveram disputas menores. Entretanto, foram negociados mais de 200 tratados da água. Alguns destes tratados — como o Tratado da Bacia do Indo, entre a Índia e o Paquistão — mantiveram-se em vigor mesmo durante conflitos armados.

Apesar da ausência de conflito armado, a cooperação tem sido frequentemente limitada. Maioritariamente, tem-se concentrado na gestão técnica dos fluxos de água e nas alocações volumétricas. Algumas iniciativas de bacias hidrográficas — nomeadamente a Iniciativa da Bacia do Nilo — começam a alterar este cenário. O progresso tem sido travado, contudo, por mandatos limitados, fraca capacidade institucional e subfinanciamento. Estas são áreas em que a cooperação internacional e as parcerias podem fazer a diferença.

* * *

A água perpassa todos os aspectos da vida humana. Ao longo da história, a gestão da água tem confrontado as pessoas e os governos com desafios técnicos e políticos de longo alcance. A história da gestão da água é simultaneamente uma história de ingenuidade e de fragilidade humanas. Dos aquedutos da Roma antiga às grandes obras públicas da Europa e dos Estados Unidos do século XIX, o fornecimento de água potável para a vida foi possibilitado por tecnologias inovadoras. Simultaneamente, a água imprópria para consumo e o mau saneamento ceifaram mais vidas ao longo do último século do que qualquer outro fenómeno — e em muitos países em desenvolvimento assim continua a acontecer.

A gestão da água para subsistência tem um passado ainda maior. Desde a aurora da civilização no Vale do Indo e na Mesopotâmia, a gestão de água como um recurso produtivo foi marcada por engenhosos sistemas de infra-estrutura que procuraram tirar partido do potencial produtivo da água, não deixando de limitar o seu potencial de destruição. A vulnerabilidade humana à luz do fracasso destes esforços, ou como

resultado de mudanças no ciclo hidrológico, reflecte-se na extinção de civilizações, no colapso de sistemas agrícolas e na destruição ambiental. Confrontado com a ameaça das alterações climáticas e com as crescentes pressões sobre os recursos mundiais de água doce, o desafio da governação da água no século XXI pode vir a revelar-se um dos mais intimidativos com que a história humana já se deparou.

A água imprópria para consumo e o mau saneamento ceifaram mais vidas ao longo do último século do que qualquer outro fenómeno

Oito razões para o mundo agir sobre o problema da água e do saneamento — Ligações aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio constituem as metas temporais estabelecidas pelo mundo para acabar com a pobreza extrema e generalizar a liberdade humana. Representando algo mais do que um conjunto de pontos de referência quantitativos a atingir até 2015, condensam uma visão mais ampla das prioridades do desenvolvimento partilhado. Esta visão enraíza-se na ideia básica de que a pobreza extrema e as grandes disparidades de oportunidade não são aspectos inevitáveis da condição humana, mas um flagelo remediável cuja persistência nos diminui a todos e ameaça a nossa segurança e prosperidade colectivas.

As metas multifacetadas estabelecidas no quadro dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio contemplam um vasto leque de dimensões interligadas do desenvolvimento, desde a redução da pobreza extrema até à igualdade de género, passando pela saúde, pela educação e pelo ambiente. As dimensões ligam-se entre si através de uma complexa teia de interacções. O progresso

sustentado em qualquer uma das áreas depende decisivamente de avanços em todas as outras áreas. A ausência de progresso em qualquer uma das áreas pode bloquear os avanços num vasto campo de acção. A água e o saneamento constituem um reflexo paradigmático destas interligações. Sem um progresso acelerado nestas áreas, muitos países não atingirão os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Para além de condenar milhões de pessoas mais pobres do mundo a vidas de pobreza evitáveis, com más condições de saúde e oportunidades limitadas, tal resultado perpetuará profundas desigualdades entre os países e no interior dos mesmos. Apesar do desenvolvimento humano não se resumir aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, as metas estabelecidas oferecem uma estrutura de referência útil para a compreensão das interligações entre o progresso em diferentes áreas — e da importância crucial do progresso na água e no saneamento.

Objectivo de Desenvolvimento do Milénio

Por que razão os governos devem agir

De que forma os governos devem agir

Objectivo 1 Erradicar a pobreza extrema e a fome

- A ausência de água potável e de saneamento adequado é uma das principais causas de pobreza e de subnutrição:
 - Uma em cada cinco pessoas do mundo em desenvolvimento — 1,1 mil milhões no total — não tem acesso a uma fonte de água melhorada.
 - Uma em cada duas pessoas — 2,6 mil milhões no total — não tem acesso a um saneamento adequado.
 - As doenças e as perdas de produtividade ligadas à água e ao saneamento nos países em desenvolvimento ascendem a 2% do PIB, elevando-se a 5% na África Subsariana — mais do que a região recebe em ajuda.
 - Em muitos dos países mais pobres, apenas 25% das famílias mais carenciadas têm acesso a água canalizada em casa, em comparação com 85% das mais abastadas.
 - As famílias mais carenciadas chegam a pagar dez vezes mais pela água do que as famílias mais abastadas.
- A água é um recurso produtivo vital para os pequenos agricultores, que representam mais de metade da população mundial que vive com menos de 1 dólar por dia.
- A crescente pressão pela transferência de água da agricultura para a indústria ameaça aumentar a pobreza rural.

- Inserir a água e o saneamento nas estratégias nacionais e internacionais para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio exige políticas orientadas para:
 - Converter o acesso à água num direito humano e promulgar legislação para a implementação progressiva daquele direito, assegurando que todas as pessoas tenham acesso a pelo menos 20 litros de água potável por dia.
 - Aumentar o investimento público no alargamento da rede de água nas áreas urbanas e na expansão do abastecimento em áreas rurais.
 - Introduzir «tarifas subsidiadas», subsídios cruzados e investimentos em fontes públicas para garantir que ninguém seja impedido de ter acesso à água devido à pobreza, com uma despesa máxima em água de 3% do rendimento familiar.
 - Regular os serviços de abastecimento de água para melhorar a eficiência, aumentar a equidade e assegurar a responsabilização perante as pessoas carenciadas.
- Introduzir políticas públicas que aliem a sustentabilidade à equidade no desenvolvimento de recursos hídricos para a agricultura.
- Apoiar o desenvolvimento e a adopção de tecnologias de irrigação favoráveis aos pobres.

Objectivo 2 Alcançar o ensino primário universal

- A recolha e o transporte de água a longa distância impedem que milhões de raparigas frequentem a escola, condenando-as a um futuro de analfabetismo e de escolhas restritas.
- As doenças provocadas pela água, como a diarreia e as infecções parasitárias, custam 443 milhões de dias lectivos por ano — o equivalente a um ano lectivo inteiro para todas as crianças de sete anos na Etiópia — e diminuem o potencial de aprendizagem.
- Em muitos países, o abastecimento inadequado de água e saneamento nas escolas constitui uma ameaça para a saúde das crianças.
- A ausência de água e saneamento adequados nas escolas é uma das principais razões para o abandono escolar por parte das raparigas.
- As infecções parasitárias transmitidas pela água e pelo mau saneamento atrasam o potencial de aprendizagem de mais de 150 milhões de crianças.

- Associar as metas e estratégias para alcançar o ensino primário universal às estratégias para assegurar que cada escola disponha de um abastecimento adequado de água e saneamento, com instalações separadas para as raparigas.
- Fazer do saneamento e da higiene partes integrantes do programa curricular, dotando as crianças do conhecimento de que necessitam para reduzir os riscos para a saúde e permitindo-lhes tornarem-se agentes de mudança nas suas comunidades.
- Estabelecer programas de saúde pública nas escolas e nas comunidades que evitem e tratem doenças infecto-contagiosas transmitidas pela água.

Oito razões para o mundo agir sobre o problema da água e do saneamento — Ligações aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (continuação)

Objectivo de Desenvolvimento do Milénio

Por que razão os governos devem agir

De que forma os governos devem agir

Objectivo 3 Promover a igualdade de género e a autonomização da mulher

- A privação de água e saneamento perpetua a desigualdade de género e retira poder às mulheres.
- São as mulheres que suportam o fardo da responsabilidade pela recolha da água, demorando frequentemente até 4 horas por dia a andar, a esperar em filas e a transportar água. Esta é uma das principais fontes de privação de tempo.
- O tempo que as mulheres despendem a tratar de crianças infectadas por doenças transmitidas pela água diminui a sua oportunidade de se envolverem num trabalho produtivo.
- O saneamento inadequado é experimentado por milhões de mulheres como uma falta de dignidade e fonte de insegurança.
- As mulheres respondem pelo grosso da produção alimentar em muitos países, mas detêm direitos restritos à água.

- Colocar a igualdade de género na água e no saneamento no centro das estratégias nacionais de redução da pobreza.
- Promulgar legislação que exija representação feminina nos comités da água e noutros organismos.
- Apoiar campanhas de saneamento que confiram às mulheres uma maior participação nas decisões de investimento público e nas despesas familiares.
- Reformar os direitos de propriedade e as regras que governam as associações de irrigação e outras associações de consumidores de água para garantir que as mulheres usufruam de direitos iguais.

Objectivo 4 Reduzir a mortalidade infantil

- A água contaminada e as más condições de saneamento constituem a principal causa dos 1,8 milhões de mortes anuais de crianças por diarreia — quase 5.000 por dia — o que converte este factor na segunda principal causa de mortalidade infantil.
- O acesso a água potável e saneamento pode reduzir o risco de morte de uma criança em 50%.
- A diarreia causada por água insalubre constitui uma das principais causas de morte no mundo, ceifando cinco vezes mais vidas de crianças do que o VIH/SIDA.
- O acesso a água potável e saneamento constitui uma das medidas mais poderosas de prevenção da mortalidade infantil: alcançar o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio para a água e o saneamento, mesmo ao nível mais básico de abastecimento, pouparia mais de 1 milhão de vidas na próxima década; o abastecimento universal elevaria o número de vidas poupadas a 2 milhões.
- As doenças transmitidas pela água intensificam disparidades profundas e socialmente injustas, enfrentando as crianças de famílias carenciadas um risco de morte cerca de três a quatro vezes superior ao das crianças de famílias abastadas.

- Considerar a morte de crianças devido à água e ao saneamento como uma emergência nacional — e como uma violação de direitos humanos básicos.
- Utilizar a ajuda internacional para reforçar a prestação de cuidados básicos de saúde na prevenção e no tratamento da diarreia.
- Estabelecer ligações explícitas entre metas para a redução da mortalidade infantil e metas para a expansão do acesso à água e ao saneamento.
- Dar prioridade às necessidades das famílias mais carenciadas no investimento público e nas estratégias de prestação de serviços de água e saneamento.
- Assegurar que os Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza reconheçam a ligação entre água e saneamento e mortalidade infantil.
- Publicar estimativas anuais de mortes de crianças causadas por problemas de água e saneamento.

Objectivo 5 Melhorar a saúde materna

- A prestação de água e saneamento reduz a incidência de doenças e enfermidades — como anemia, deficiência de vitaminas e tracoma — que debilitam a saúde materna e que contribuem para a mortalidade materna.

- Considerar a prestação de água e saneamento como uma componente chave nas estratégias de igualdade de género.
- Legitimar as mulheres para que estas participem das decisões sobre água e saneamento aos níveis familiar, local e nacional.

Objectivo 6 Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças

- O acesso inadequado à água e ao saneamento restringe as oportunidades de higiene e expõe as pessoas portadoras do VIH/SIDA a riscos de infecção acrescidos.
- As mães infectadas pelo VIH necessitam de água potável para preparar leite artificial.
- Alcançar a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio para a água e o saneamento reduziria os custos de tratamento de doenças infecto-contagiosas transmitidas pela água em 1,7 mil milhões de dólares nos sistemas de saúde, aumentando os recursos disponíveis para o tratamento do VIH/SIDA.
- As más condições de saneamento e de drenagem fomentam a infecção por malária, que ceifa cerca de 1,3 milhões de vidas por ano, 90% das quais de crianças com menos de cinco anos.

- Integrar a água e o saneamento nas estratégias nacionais e globais para combater a malária e melhorar as condições de vida das pessoas infectadas pelo VIH/SIDA.
- Assegurar que as famílias que cuidam de pessoas infectadas pelo VIH/SIDA tenham acesso a pelo menos 50 litros de água gratuita.
- Investir em instalações de drenagem e de saneamento, que reduzem a presença de moscas e mosquitos.

(continua na pág. seguinte)

Oito razões para o mundo agir sobre o problema da água e do saneamento — Ligações aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (continuação)

Objectivo de Desenvolvimento do Milénio	Por que razão os governos devem agir	De que forma os governos devem agir
<p>Objectivo 7 Garantir a sustentabilidade ambiental</p> <p><i>Reduzir a metade a percentagem de pessoas sem acesso sustentável a água potável e saneamento básico</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Com base nas tendências actuais, o objectivo de reduzir a metade a percentagem da população sem acesso a água e saneamento não será atingido por 235 milhões de pessoas na água e por 431 milhões no saneamento. • A África Subsariana necessitará de aumentar as novas ligações ao saneamento, de 7 milhões por ano na década passada para 28 milhões por ano até 2015. • Um progresso lento na água e no saneamento atrasará avanços noutras áreas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar medidas práticas que transformem os compromissos do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio em acções concretas. • Proporcionar liderança política nacional e internacional para superar os défices de água e saneamento. • Complementar a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio com a meta de reduzir a metade as disparidades na cobertura de água e saneamento entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres. • Autonomizar organismos reguladores independentes que forcem os prestadores de serviços a responsabilizarem-se pela oferta de serviços eficientes e a preços acessíveis às pessoas carenciadas.
<p>Inverter a tendência de perda de recursos ambientais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A exploração insustentável de recursos hídricos representa uma ameaça crescente para o desenvolvimento humano, produzindo uma dívida ecológica insustentável que será transferida às gerações futuras. • O número de pessoas que vive em países que sofrem de pressão sobre os recursos hídricos passará de cerca de 700 milhões, actualmente, para mais de 3 mil milhões até 2025. • Mais de 1,4 mil milhões de pessoas vivem actualmente em bacias hidrográficas onde a utilização de água excede os níveis mínimos de reposição, conduzindo à dissecação dos rios e ao esgotamento das águas subterrâneas. • A conjugação da insegurança da água e das alterações climáticas ameaça aumentar o número de pessoas subnutridas em 75 a 125 milhões até 2080, com uma queda superior a 25% na produção de produtos alimentares básicos em muitos países da África Subsariana. • O esgotamento das águas subterrâneas representa uma grave ameaça para os sistemas agrícolas, para a segurança alimentar e para os meios de subsistência na Ásia e no Médio Oriente. 	<ul style="list-style-type: none"> • Tratar a água como um recurso natural precioso e não como um produto básico que pode ser gasto ilimitadamente e explorado sem qualquer preocupação pela sustentabilidade ambiental. • Reformar os sistemas nacionais de contabilidade de forma a que reflectam as perdas económicas reais associadas ao esgotamento dos recursos hídricos. • Lançar políticas integradas de gestão de recursos hídricos que restrinjam a utilização de água aos limites da sustentabilidade ambiental, levando em consideração as necessidades ambientais. • Institucionalizar políticas que criem incentivos para poupar água e eliminem subsídios perversos que encorajam padrões insustentáveis de utilização de água. • Intensificar as disposições do Protocolo de Quioto relativas ao limite das emissões de carbono em linha com os objectivos de estabilização de 450 partes por milhão, fomentando mecanismos de transferência de tecnologias limpas e congregando todos os países numa estrutura multilateral reforçada para a redução das emissões em 2012. • Desenvolver estratégias nacionais de adaptação para lidar com o impacto das alterações climáticas — e aumentar a ajuda para a adaptação às alterações climáticas.
<p>Objectivo 8 Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Não existe nenhuma parceria global eficaz na água e no saneamento e, por outro lado, sucessivas conferências de alto nível não conseguiram criar o impulso necessário para colocar a água e o saneamento na agenda internacional. • Muitos governos nacionais fracassam no esforço de implementar as políticas e o financiamento necessários para acelerar o progresso. • A água e o saneamento são mal integrados nos Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza. • Muitos países com elevadas taxas de mortalidade infantil causada por diarreia despendem menos de 0,5% do PIB em água e saneamento, uma fracção do valor que afectam aos orçamentos militares. • Os países ricos fracassaram no esforço de conferir prioridade à água e ao saneamento nas parcerias internacionais de ajuda e a despesa na ajuda ao desenvolvimento para o sector tem vindo a cair em termos reais, representando actualmente apenas 4% dos fluxos totais de ajuda. • A ajuda internacional à agricultura diminuiu em um terço desde o início dos anos 90, de 12% para 3,5% da ajuda total. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar um plano de acção global para galvanizar a acção política, colocando a água e o saneamento na agenda do Grupo dos Oito, mobilizando recursos e apoiando processos de planeamento de propriedade nacional. • Desenvolver planos de propriedade nacional que associem a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio para a água e o saneamento a fluxos claros de financiamento a médio prazo e a políticas práticas de combate à desigualdade. • Autonomizar os governos e as comunidades locais através da descentralização, do desenvolvimento de capacidade e de um financiamento adequado, destinando pelo menos 1% do PIB à água e ao saneamento, por via da despesa pública. • Aumentar a ajuda à água em 3,6 a 4 mil milhões de dólares anuais até 2010, com a atribuição suplementar de 2 mil milhões de dólares à África Subsariana. • Aumentar a ajuda à agricultura de 3 para 10 mil milhões de dólares anuais até 2010, com um enfoque reforçado na segurança da água.